



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FERNANDO RIBEIRO DA MATA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO NOS
CURSOS DA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E AFINS EM INSTITUIÇÕES
DE ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR**

LARANJEIRAS DO SUL

2017

FERNANDO RIBEIRO DA MATA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO NOS
CURSOS DA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E AFINS EM INSTITUIÇÕES
DE ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof^a Me. Ceyça Lia Palerosi Borges

LARANJEIRAS DO SUL

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Mata, Fernando Ribeiro da
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UM
ESTUDO NOS CURSOS DA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
E AFINS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO NO
MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR/ Fernando Ribeiro
da Mata. -- 2017.
90 f.:il.

Orientadora: Ceyça Lia Palerosi Borges.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências
Econômicas , Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. INTRODUÇÃO. 2. REFERENCIAL TEÓRICO. 3.
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS. 4. ANÁLISE E DISCUSSÕES. 5.
CONSIDERAÇÕES FINAIS. I. Borges, Ceyça Lia Palerosi,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.



Ministério da Educação
Universidade Federal da
Fronteira Sul

Reitoria
Avenida Getúlio Vargas, 529
Edifício Engenard, 2º Andar
Chapeló - Santa Catarina
Brasil - CEP 89.822-900
(49) 2049-1490

www.ufffs.edu.br
contato@ufff.edu.br

Campus Laranjeiras do Sul
Rua Oscar Pereira Guedes, 01
Vila Alberti - Laranjeiras do Sul
- Paraná - CEP 85303-828
(41) 3635-8550



Serviço Público Federal
Universidade Federal da Fronteira Sul
Curso de graduação em Ciências Econômicas

ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 04 dias do mês de dezembro de 2017, às 13:00 horas, em sessão pública na sala 405 do Campus Laranjeiras do Sul da UFFS, na presença da Banca Examinadora presidida pelo(a) Professor(a) Orientador(a):

Carys da Rêgina Borges

e composta pelos Professores(as) Examinadores(as):

1. Duse Maria Bauschardt e
2. Josely Stoffel.

o(a) aluno(a) Fernando Biva da Mata

apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: Educação Ambiental na formação profissional: um estudo nos cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas e afins em instituições de ensino superior a nível no município de Laranjeiras do Sul como requisito curricular indispensável para a integralização do Curso de

Bacharelado em Ciências Econômicas. Após reunião em sessão reservada, a Banca Examinadora deliberou e decidiu pela aprovação do referido trabalho, divulgando o resultado formalmente ao aluno e demais presentes e eu, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais examinadores e pelo aluno.

Carys da Rêgina Borges

Presidente da Banca Examinadora e Professor(a) Orientador(a)

Duse M. Bauschardt

Examinador(a) 01

Josely Stoffel

Examinador(a) 02

Fernando B. da Mata

Aluno(a)

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado a força divina para superar as dificuldades.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que sempre me auxiliaram nos momentos em que precisei.

A minha orientadora Ceyça Borges, pelo suporte, orientações, correções e incentivos.

Aos meus pais, que sempre me orientaram e me auxiliaram durante esta jornada que em muitos momentos não foi fácil.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

Esta pesquisa situa-se no campo da Educação Ambiental em instituições de ensino superior e técnico de Laranjeiras do Sul – PR. O objetivo central deste estudo é analisar a inserção da dimensão ambiental na formação profissional dos cursos das áreas de ciências sociais aplicadas e afins nas instituições de ensino superior e técnico do município de Laranjeiras do Sul – PR. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que usou análise documental e o método de estudo de caso. Os dados da pesquisa documental foram coletados a partir dos Planos Pedagógicos dos Cursos (PPC's), em que verificou-se a ementa das disciplinas que contemplam e/ou podem contemplar a temática ambiental. Foram realizados estudos documentais em quatro instituições de ensino do município de Laranjeiras do Sul, abrangendo os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Técnico em Agronegócio, Técnico em Contabilidade, Tecnólogo em Gestão Ambiental, Secretariado Executivo e o curso de Serviço Social. O Estudo de caso, por sua vez, foi desenvolvido por meio de entrevistas semiestruturadas com os docentes em três das quatro instituições localizadas no município de Laranjeiras do Sul-PR, sendo elas: Instituição “A”, Instituição “B” e Instituição “D”. Destaca-se que dentre todos os cursos pesquisados, dois possuíam uma maior abrangência de disciplinas presentes em suas matrizes curriculares da temática que envolve questões frente ao meio ambiente e a sociedade. Evidenciou-se que mediante as realidades distintas de cada curso estudado, os docentes buscam despertar em seus alunos o pensamento crítico, usando diversas metodologias distintas nas práticas pedagógicas. Para a maioria dos docentes, existe uma percepção referente ao compromisso sustentável nas instituições de ensino em que trabalham, porém, pela sua importância, sugerem que a discussão ambiental deva estar ainda mais presente no ensino e que as práticas educacionais estejam atreladas a educação ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental no Ensino Superior. Desenvolvimento Sustentável. Meio Ambiente.

ABSTRACT

This research is built around the Environmental Education field in higher and technical professional study institutions in Laranjeiras do Sul – PR. The main goal of this research is to analyse the introduction and integration of the environmental subject in the professional training of Applied Social Sciences and related studies in higher and technical professional institutions in the city of Laranjeiras do Sul – PR. It's a qualitative research that utilizes documentary analysis and case study method. The data used in the research was collected from the Pedagogical Course Plan (PCP), where it could be verified the course syllabus that contemplates or may contemplate the environmental subject. Documental studies were carried in four educational institutions in the city of Laranjeiras do Sul, covering Business, Accounting Sciences, Economic Sciences, Technician in Agricultural, Technician in Accounting, Technician in Environmental Managment, Executive Secretariat and Social Services. The case study, in turn, was developed through semi-structured interviews with teachers in three of the four institutions located in the municipality of Laranjeiras do Sul, Parana state, “A” Institution, “B” Institution and, “D” Institution. It's important to emphasise that amongst all the courses that were researched, two of them had a wider coverage of subjects in their curriculum plan which encompasses environmental and societal themes. It was also emphasised that in the face of the different realities amongst each course analysed, the teaching staff try to raise awareness and critical thinking, using several different methodologies in their pedagogical practice. For most, there's a different perception about a sustainable commitment in educational institutions where they teach, but, due to its relevance, they suggest that environmental discussion must be even more present and educational practices must be linked to environmental education.

Keywords: Environmental Education in Higher Education. Sustainable Development Environment.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA | 11 |
| 1.2 OBJETIVOS | 11 |
| 1.2.1 Objetivo geral | 12 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos..... | 12 |
| 1.3 JUSTIFICATIVA | 12 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 14 |
| 2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: CONCEITOS E PRINCÍPIOS..... | 14 |
| 2.2 AS POLÍTICAS VOLTADAS A EDUCAÇÃO AMBIENTAL..... | 17 |
| 2.3 ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 20 |
| 2.4 PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO | 22 |
| 2.4.1 A Educação Ambiental no Ensino Superior – Diferentes Saberes nos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas e afins..... | 25 |
| 2.4.2 A Educação Ambiental no Ensino Técnico | 28 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 31 |
| 3.1 FINALIDADE DA PESQUISA | 31 |
| 3.2 MÉTODO DE PESQUISA E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS | 31 |
| a) Pesquisa documental:..... | 32 |
| b) Entrevista semiestruturada: | 33 |
| c) Observação: | 33 |
| 3.3 SELEÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E DOS SUJEITOS DA PESQUISA | 34 |
| 3.4 ANÁLISE DE DADOS | 34 |
| 4 ANÁLISE E DISCUSSÕES..... | 35 |
| 4.1 OS CURSOS DE ACORDO COM O CNPq E MEC..... | 35 |
| 4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO DE LARANJEIRAS DO SUL PARTICIPANTES DO ESTUDO..... | 36 |
| 4.2.1 Descrição dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas e Afins Estudados no Município de Laranjeiras do Sul – PR..... | 38 |
| 4.3 ESTRUTURAS CURRICULARES DOS CURSOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E AFINS | 44 |

| | |
|---|-----------|
| 4.4 A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO QUE TANGE À EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS | 61 |
| 4.4.1 Caracterização dos Docentes participantes da pesquisa | 62 |
| 4.4.2 A percepção dos docentes no que tange a Educação Ambiental e práticas Sustentáveis..... | 66 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 79 |
| REFERÊNCIAS | 82 |
| APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com docentes..... | 89 |

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os assuntos ambientais passaram a ocupar cada vez mais espaço e ser intuito de preocupação da sociedade contemporânea. Este acontecimento se evidenciou principalmente devido à ação cada vez mais intervencionista do homem com a natureza. Por haverem ocorrido acidentes tecnológicos que afetaram a forma de vida e do meio ambiente, diversos setores da sociedade foram levados ao direcionamento de uma nova forma de pensamento, o que acarretou na necessidade de discussão e reflexão sobre o meio ambiente seus impactos na sociedade no âmbito educacional, prática esta que foi chamada de educação ambiental (BILERT, 2013).

Na conferência de Estocolmo, realizado na Suécia em 1972, Czapiski (1998) enfatizou que foi confiada a educação ambiental a atividade de mudar os costumes necessários para o relacionamento com o meio ambiente, onde esta mudança é definida por uma questão educacional. É possível afirmar que a educação ambiental tem como propósito trazer o desenvolvimento da consciência ambiental como também a consciência na conduta das pessoas.

Neste sentido, uma das formas de levar a educação ambiental a uma comunidade é por meio de ação direta de professores em sala de aula, como também em atividades extracurriculares. Segundo a lei 9.795 de 27 de abril de 1999, a educação ambiental é entendida como os processos em que um indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades e competências direcionadas para a preservação do meio ambiente, contendo uma sadia qualidade de vida e sustentabilidade. Esta educação é um elemento essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e etapas do processo educativo em caráter formal como não formal (BRASIL, 1999).

De acordo com Munhoz (2004), os professores são a peça fundamental no processo de conscientização e educação da sociedade sobre os problemas ambientais e sociais, pois buscarão conscientizar e desenvolver em seus alunos, costumes e atitudes corretas de preservação ambiental e respeito a natureza, instruindo estes a se tornarem cidadãos conscientes e comprometidos com o futuro do planeta.

Um dos principais espaços sociais para a reflexão e exposição de ideias é o universitário, pois neste nível educacional há um importante ambiente de educação profissional como também a formação de futuros professores, o que traz uma significativa importância na sustentação de processos de se incorporar a educação ambiental nos demais níveis de ensino, seja pelo meio de formação inicial, continuada e também nos programas de pós-graduação e extensão. Neste

segmento, esta forma de ensino no currículo e nas práticas universitárias possui um sentido estratégico na inclusão e conhecimento para a sociedade (RUPEA,2005).

As instituições de nível técnico também possuem um papel importante na formação de profissionais que compreendam a importância das questões ambientais. Em 2014, foi aprovada pelo Plano Nacional da Educação a ampliação de 50% de ofertas de cursos técnicos no segmento público do país, o que representa grande destaque para a análise da inserção ambiental nesta esfera de ensino (PEREIRA e OCTÁVIO, 2016).

Conforme expõe Raynaut (2004), para se trabalhar as questões ambientais é necessária a participação em conjunto das ciências sociais e das ciências naturais. Deste modo, é destacado que a opção por este assunto é de fundamental relevância da educação ambiental na formação dos profissionais na área das ciências sociais aplicadas e afins, bem como ao potencial destes profissionais para contribuir com a produção de conhecimentos que evidenciem as condições para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Diante disto, esta pesquisa possui como objetivo analisar a inserção da dimensão ambiental na formação profissional dos cursos das áreas de ciências sociais aplicadas e afins, nas instituições de ensino superior e técnico do município de Laranjeiras do Sul – PR.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O presente estudo está delineado em responder o seguinte problema de pesquisa: “Qual a inserção da dimensão ambiental na formação profissional dos cursos das áreas de ciências sociais aplicadas e afins nas instituições de ensino superior e técnico do município de Laranjeiras do Sul – PR?”.

1.2 OBJETIVOS

Sobre os objetivos, nos seguintes tópicos são apresentados o objetivo geral como também os objetivos específicos que se fazem necessários para direcionamento e conclusão deste trabalho.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a inserção da dimensão ambiental na formação profissional dos cursos das áreas de ciências sociais aplicadas e afins, nas instituições de ensino superior e técnico do município de Laranjeiras do Sul – PR.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar os cursos que se enquadram na área de conhecimento Ciências Sociais Aplicadas e afins de acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ e Ministério da Educação – MEC;
- b) Caracterizar as instituições de ensino superior e técnico do município de Laranjeiras do Sul que ofertem cursos na área de ciências sociais aplicadas e afins;
- c) Identificar a presença da educação ambiental na estrutura curricular, no ementário das disciplinas;
- d) Compreender através de um estudo de caso nas instituições de ensino superior e técnico selecionados, a percepção dos docentes nas práticas pedagógicas no que tange à educação ambiental e práticas sustentáveis.

1.3 JUSTIFICATIVA

As instituições de ensino superior e técnico são um espaço de capacitação de pessoas que futuramente atuarão em diversos setores da sociedade, desempenhando o papel na gestão, liderança como também de possíveis influenciadores na formação de opinião dos que os rodeiam. Estes profissionais, serão o exemplo tanto para pessoas que vivem em seu ambiente pessoal como também o social e profissional, contribuindo, portanto, para um relacionamento sustentável local, regional e global.

Conforme explicado por Jacobi (2003), as transformações tecnológicas estão presentes constantemente na sociedade, levando a observação de que o conhecimento assume cada vez mais o papel necessário para o desenvolvimento de forma sustentável. A sociedade deve desenvolver ações com responsabilidade e com compromisso, em que a natureza deve estar de forma entrelaçada com as práticas profissionais, havendo um processo de aprendizagem constante em uma nova proposta baseada na educação e participação.

A conferência de Tbilisi que ocorreu em 1977 declarou que houvesse a destinação do ensino da temática ambiental na busca de estabelecer uma base interdisciplinar para profissionais de diversas áreas, e os cursos de ciências sociais aplicadas e afins devem possuir este objetivo interdisciplinar na formação de profissionais, pois em um processo de tomada de decisões faz-se necessário pensar na preservação do meio ambiente por meio de práticas sustentáveis (RAMOS, 1996).

Conforme o exposto por Gil (2001), os gestores devem atuar constantemente como papel de líderes, já que a liderança nada mais é do que a forma de direção baseada no prestígio pessoal e na aceitação dos subordinados. Estes profissionais, possuindo uma formação acadêmica adequada sobre os problemas ambientais, a consciência crítica, as mudanças de atitudes sobre o meio ambiente, a prática da ética, o saber sobre os recursos finitos, poderão contribuir e direcionar os locais nos quais trabalham para o desenvolvimento sustentável, ajudando no equilíbrio entre os aspectos ambientais, políticos, econômicos, culturais e sociais.

Os docentes, possuem um papel fundamental neste processo como fornecedores de informação, buscando repassar aos seus alunos as condições de assimilar conteúdos e desenvolver por meio de práticas metodológicas o senso crítico e inovador. Mediante esta prerrogativa, é de total importância que seja analisada a inserção da dimensão ambiental na formação profissional dos cursos das áreas de ciências sociais aplicadas e afins, nas instituições de ensino superior e técnico de Laranjeiras do Sul – PR.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, é apresentado o referencial teórico que permite maior conhecimento sobre os conceitos, princípios, leis e dados históricos sobre os assuntos relacionados a Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável.

2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: CONCEITOS E PRINCÍPIOS

Ao falar sobre a educação ambiental no Brasil, é importante mencionar que esta já era praticada parcialmente por meio de algumas iniciativas de professores criativos em diversas partes do país na década de 1950. Um dos casos foi no qual o professor Carlos Nobre Rosa, da cidade de Jaboticabal, interior de São Paulo, levou seus alunos para fora da sala de aula com o intuito de observação do ambiente e coleta de materiais. Esta atitude teve grande repercussão na época entre professores de outras regiões (CZAPSKI,1998).

Entende-se que mesmo sendo possível presenciar a discussão do tema em períodos anteriores, Dias (2004) ressalta que o termo educação ambiental é bem recente, surgindo de fato por volta da década de 70. Em relação a isto, em 1975 houve a conferência de Belgrado, quando foi publicada a carta de Belgrado que orientava a formulação de um programa internacional de educação ambiental, recomendando que esta deve ser contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada a interesses nacionais.

Neste momento, o Brasil passava por uma situação de repressão política e censura por causa do regime autoritário vigente na época, como também sob a pressão de políticas desenvolvimentistas internacionais. Mesmo assim, neste período o Ministério da Educação - MEC estimulou um estudo com foco na ecologia para o ensino de 2º grau e estudos da temática ambiental em universidades, sendo elaborados debates, seminários e encontros promovidos por órgãos estaduais (ALMEIDA,2011).

Até a Constituição Federal de 1988, a política ambiental no país foi direcionada sem a participação popular na formulação de suas decisões, à luz da Lei Federal n 6.938, de 31/08/81, que fez a Política Nacional do Meio Ambiente. Dessa forma, a Educação Ambiental se inseriu em setores governamentais e científicos relacionados à conservação de bens naturais, com sentido tecnológico e comportamental, voltados para o ensino da ecologia (BRASIL, 2008).

Convém lembrar que um dos fatores que acabou marcando o País, foi a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que foi realizada pela Organização das Nações Unidas – ONU em 1992 e foi chamada de RIO-92, sendo realizado na cidade do Rio de Janeiro, RJ – Brasil. Complementando, Dias (2004), diz que neste evento houve a elaboração da Agenda 21 abordando as principais diretrizes e determinações da Educação Ambiental. Na RIO-92, também foi elaborada a Carta Brasileira de Educação Ambiental, solicitando que fosse aplicada a temática da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino.

Na conferência de 1992, Dias (2004) expôs que merece destaque o Tratado de Educação Ambiental para a Sociedade Sustentável e Responsabilidade Social, que menciona a proposta do fortalecimento da Educação Ambiental com foco no ensino, pesquisa e extensão. Neste momento, o Ministério da Educação – MEC, e as Instituições de Ensino Superior entraram em acordo para que a Educação Ambiental fosse implantada no ensino superior.

Passaram-se alguns anos e, em 1999 entra em vigor a lei nº 9.795/99 instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA onde explana que a educação ambiental deve estar presente no processo educativo tanto em caráter formal como não-formal (BRASIL,1999). Mediante este acontecimento, Bilert (2013), comenta que o Ministério da Educação -MEC institui por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que a educação ambiental deve ocorrer de forma interdisciplinar.

No ano de 2000, foi constituída a Rede de Ambientalização Curricular dos Estudos Superiores, com a proposta de investigar os meios e os instrumentos para a ambientalização da educação ambiental no ensino superior (BILERT,2013). De acordo com Farias (2008), as universidades brasileiras que participaram foram: a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro (UNESP) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Cinco anos depois, em 2005, Farias (2008) explica que foi estruturado o projeto da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), durante o Congresso Ibero-Americano sobre o Desenvolvimento Sustentável, que aconteceu no Rio de Janeiro e foi organizado pela UNESCO, com o intuito de atuar entre 2005 a 2014 na marcação da década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Outro marco importante para a educação ambiental no País foi o VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, realizado em 2012, em Salvador - BA. Onde questões de educação ambiental foram debatidas em mesas redondas, minicursos, painéis, vídeos, *openspace*, entre outros. Os resultados que foram obtidos, servem de referência para a atuação tanto do governo como também de ONGs no campo socioambiental (BRASIL,2012).

É importante explicar sobre o histórico da Educação Ambiental no País, que existem diversas correntes de educação ambiental. Neste estudo serão mostradas três vertentes, a começar por correntes de característica conservadora, dialógica e crítica que ajudarão a compreender melhor a temática. A seguir, serão explicitadas as correntes supracitadas:

- a) Educação Ambiental Conservadora: Aborda sobre o respeito à proteção do natural, passando para o ser humano a culpa pela destruição do planeta. Neste conceito há uma separação entre o homem e os problemas sociais, políticos, econômicos e culturais, em que a natureza é compreendida como algo exterior (BILERT,2013).
- b) Educação Ambiental Dialógica: A dialógica, busca atender os princípios da inter/transdisciplinaridade na resolução de questões ambientais concretas que podem ser aplicados com determinação de normas e ações, que carregam em si uma abrangência de problemas ecológicos, espirituais, éticos, morais, psíquicos, estéticos e biofísicos. Esta proposta foca no seu processo transformador, ocorrendo a participação ativa, consciente, democrática como também autônoma de todos os sujeitos envolvidos, havendo um diálogo entre eles (FIGUEIREDO,2006).
- c) Educação Ambiental Crítica: Esta por sua vez visa discutir as relações complexas entre o homem e a natureza, promovendo ambientes educativos de mobilização sobre a realidade e os problemas ambientais, saindo do contexto conservadorista, no qual é propiciado um processo educativo e onde há o exercício e prática de educandos e educadores, gerando uma sinergia de movimento coletivo. Nesta corrente, é viabilizada a adesão do pedagógico ao movimento da realidade social, no qual os projetos desenvolvidos em sala de aula se voltem para a sociedade e sejam metodologicamente viáveis (GUIMARÃES, 2004).

Este estudo está fundamentado na perspectiva da educação ambiental crítica, pois se leva em consideração que a educação ambiental deve ser direcionada para além de uma proposta pedagógica universitária, onde há a busca do exercício da prática, tanto para a comunidade quanto para o futuro ambiente de trabalho, onde os alunos de hoje serão futuros gestores das organizações.

Com o histórico da educação ambiental no Brasil, e abordando seus conceitos e princípios, é necessário o conhecimento sobre as políticas voltadas a esta temática. Assim, no próximo capítulo são abordadas as políticas voltadas à educação ambiental, que por sua vez, ocorreu em caráter cronológico, ou seja, desde a mais antiga até os tempos atuais.

2.2 AS POLÍTICAS VOLTADAS A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A preocupação que norteia o meio ambiente está presente em aspecto nacional desde o século XIX. Um exemplo é a lei nº1 de 1º de outubro de 1828 na qual dentre as atribuições policiais estão à conservação de “fontes, aquedutos, poços, tanques, e quaisquer outras construções em benefício comum dos habitantes [...] como também a construção de plantações de árvores para preservação de seus limites à comodidade dos viajantes” (BRASIL, Art.66, 1828).

Foi a partir da década de 1960 que Pelicione (2005) menciona que as discussões ambientais começaram a adentrar nos âmbitos sociais e ser assunto de ecologistas e ambientalistas. Em relação a isto, diversos autores mencionam que a *Keele Conference on Education na Countyside*, que aconteceu em 1965, na Inglaterra, foi o início para a divulgação da Educação Ambiental.

O autor enfatiza que é importante saber que a expressão “educação ambiental” foi usada pela primeira vez nesta conferência, levando ao alerta global para a denominada crise ambiental, que estava cada vez mais presente. Com este momento histórico, ocorreram em seguida diversos eventos, conferências e encontros com o foco de se discutir com maior intensidade as questões ambientais (BILERT,2013).

Alguns anos depois, na conferência de Estocolmo, realizado na Suécia em 1972, Czapiski (1998) enfatiza que foi confiada a educação ambiental a atividade de mudar os costumes necessários para o relacionamento com o meio ambiente, sendo esta mudança definida por uma questão educacional.

Após a conferência de Estocolmo, foram criados programas importantes, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA que começou a funcionar em 1972, onde a Onubr (2017, *on-line*), explica que surgiu com o objetivo de “manter o estado do meio ambiente global sob contínuo monitoramento, alertar povos e nações sobre problemas e ameaças ao meio ambiente [...] melhorar a qualidade de vida da população sem comprometer os recursos e os serviços ambientais das gerações futuras”.

A conferência de Estocolmo permitiu com que iniciativas dessem foco à recuperação do planeta por meio de políticas públicas e interesses a Educação Ambiental. Bilert (2013, p.32) explica que “nessa época, a natureza e os problemas ambientais eram vistos de forma reducionista, com fragmentação e separação dos problemas sociais, ambientais, políticos e econômicos”.

Outro programa que foi criado oriundo da conferência de Estocolmo foi o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), conforme explicado a seguir:

“Com a Recomendação nº 96 da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida como a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 na Suécia, as Nações Unidas iniciam a estruturação do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). Três anos depois, em 1975, seguindo essa recomendação, Unesco e Pnuma iniciam juntos o PIEA; desenvolvendo uma série de atividades em várias nações e implementando uma linha de publicações com 28 títulos abordando diferentes aspectos da educação ambiental, que vigorou até 1988. Ainda no âmbito do PIEA, UNESCO e PNUMA promoveram juntos dois importantes eventos que vieram a se tornar grandes marcos da educação ambiental: o Seminário Internacional de Educação Ambiental, realizado em Belgrado, em outubro de 1975; a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, Geórgia, em outubro de 1977” (BRASIL, 2017c, *on-line*).

O objetivo do PIEA é o de promover a troca de conhecimentos e ajudar no desenvolvimento de programas de educação ambiental (BILERT, 2013). Convém lembrar, seguindo os preceitos da Conferência de Estocolmo, que o Brasil criou posteriormente para todos os Estados, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA (BREDARIOL, 2001).

Mesmo com a criação da SEMA, Philippi Jr e Maglio (2005), explicam que foi somente no ano de 1981 que a Política Nacional Ambiental foi introduzida de forma sólida, pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, no qual foi criado o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA. Após este, foi criado o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

A Política Nacional do Meio Ambiente possui por objetivo “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (BRASIL, Art. 2º, 1981).

No artigo 2º da Lei n. 6.938/81 é possível ver que esta tem como princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental; VIII - recuperação de áreas degradadas; IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação. (BRASIL, Art. 2º, 1981)

É observado por Bilert (2013), que esta lei não ficou voltada somente para o ensino da educação ambiental, mas acabou abrangendo a proteção ambiental como também o desenvolvimento econômico. Em contrapartida, Bredariol (2001) explica que esta lei vem demonstrando diversas limitações face ao crescimento da conscientização ambiental. Estas

limitações se expressam através da Constituição Federal, Leis Orgânicas e Planos Diretores Municipais, Constituições Estaduais, processos de produção, movimentos sociais, entre outros. Diante dessa defasagem entre as demandas e as políticas públicas, se fazia necessário a estruturação, e nesse processo de transformação, foi criada a lei nº 9.795/99.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) foi institucionalizada e sancionada em 27 de abril de 1999, por meio da lei nº 9.795. Conforme consta no Art. 1º da lei, a educação ambiental é definida como a construção de “valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, Art.1º,1999).

Dessa forma, a lei especifica que todos têm o direito à educação ambiental, sendo que no âmbito educacional, cabe as instituições educativas “promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem” (BRASIL, Art 3º,1999).

No ano de 2010, foi instituída a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) por meio da lei nº 12.305/10. Na página digital do Ministério do Meio Ambiente (2017) é informado que esta lei é atual e possui importantes instrumentos permitindo ao país enfrentar os principais problemas ambientais, sociais e econômicos no que tange ao manejo inadequado dos resíduos sólidos. Conforme o Ministério do Meio Ambiente, a seguinte lei prevê:

“a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado)” (BRASIL,2017b, *on-line*).

Ainda, há a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos, sejam eles os fabricantes, importadores, o cidadão, entre outros. As metas estabelecidas são importantes, pois contribuem para a eliminação de lixões tanto em esfera nacional, regional, estadual, como também municipal. Seguindo essas metas, o Brasil é colocado em igualdade aos países desenvolvidos no que concerne ao marco legal e possibilita a inclusão de catadores de materiais recicláveis, tanto na área de logística reserva, como na coleta seletiva (BRASIL,2017).

No que tange ao mencionado, Bilert (2013) expõe que na abordagem da política ambiental, é importante ressaltar que toda política pública recebe influência de dois grandes conjuntos de ações – as políticas econômicas como também as políticas sociais. É necessário reconhecer que quando o Estado acaba formulando alguma política pública é para atendimento de interesses de diversos grupos, sendo que, no caso da política de educação ambiental, ela é

utilizada como equilíbrio para as demandas existentes evitando problemas de não manutenção e preservação dos recursos naturais.

Diante do mencionado, é possível entender como aconteceu a trajetória das políticas ambientais no Brasil. Em destaque a uma delas, a lei nº 9.795/99, que diz que, todos possuem acesso à educação ambiental em qualquer esfera de ensino (BRASIL,1999). Conforme estas informações, é necessário que sejam conhecidos os aspectos históricos e conceituais do desenvolvimento sustentável, compreendendo sua importância dentro da esfera educacional.

2.3 ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os problemas ambientais ganharam uma relevância significativa devido ao crescimento econômico que foi surgindo em âmbito de produção e consumo. A Revolução Industrial é apontada como um dos fatores centrais de intensificação dos problemas ambientais. Os processos produtivos desta revolução foram aumentando e afetando o meio ambiente como também as gerações futuras (BARBIERI,2011).

Ao mencionar brevemente sobre a importância do meio ambiente, Viana et al., (2001) explicam que o Brasil conta com 60 mil espécies de plantas, 2.5 milhões de espécies de artrópodes (insetos, aranhas, etc.), 2.000 espécies de peixes, mais de 300 espécies de mamíferos além das inúmeras quantidades de microorganismos, que são responsáveis por trazer o equilíbrio a natureza.

Ademais, somente na América Latina, principalmente no território brasileiro, está presente 47% da riqueza hídrica na Terra, sendo que o Brasil, no novo século, será a potência das águas com capacidade de saciar as sedes de todo o mundo e saldar com vantagem toda nossa dívida externa (VIANA et al., 2001).

Com a imensidão de recursos naturais e biológicos presentes na Terra, Barbieri (2011) relembra que no início das discussões, o meio ambiente era tratado como um assunto fechado porque abordava exclusivamente a proteção de animais e plantas. Este fato acabava deixando de lado as preocupações de desenvolvimento econômico e social.

Com o passar dos anos, o paradigma do capitalismo contemporâneo foi se consolidando firmemente, e ao fim da década de 1960, Oliveira (2007) menciona que as suas bases estavam diretamente estruturadas na tecnologia avançada, no aumento da produção, no acúmulo de relações de trabalho e no avanço da globalização.

Com todo este processo de modernização do capitalismo, acabaram ocorrendo, entre as décadas de 1970 e 1980, diversos acidentes tecnológicos pelo mundo, entre eles o de Basiléia na Suíça, e o de Chernobyl na União Soviética e atual Ucrânia. Estes acidentes afetaram ao meio ambiente e ficaram conhecidos internacionalmente, levando a uma preocupação global sobre o assunto (NASCIMENTO et al., 2008).

Diante das preocupações internacionais, Carvalho et al., (2015), mencionam que o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu em âmbito mundial no relatório de Brundtland em 1987, por meio da Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, criada em 1983 pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

A partir do relatório de Brundtland, foi confirmado que a proteção ao meio ambiente e a promoção do desenvolvimento econômico são assuntos diretamente relacionados, e a partir deste fato os países começaram a defender a possibilidade de se conseguir um “desenvolvimento sustentável” com a definição de que as gerações presentes atendessem suas necessidades sem comprometer a capacidade das gerações futuras (CUNHA e AUGUSTIN, 2014).

Em sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação que é levado o desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional, estejam em harmonia entre si, reforçando o potencial tanto do presente como também do futuro, com o fim de atender as necessidades e objetivos humanos (CMMAD, 1988).

Mesmo com toda a biodiversidade existente no planeta, Ruscheinsky (2004) enfatiza a preocupação de que a crise ecológica atual leva a um debate sobre a sustentabilidade, existindo um conflito entre a reprodução da humanidade e da terra com a natureza, em que a natureza suporta cada vez menos a necessidade do ser humano de satisfazer seu progresso material para o bem-estar.

Com esta premissa, Ruscheinsky (2004), menciona que há a presença de uma “bola de neve”, sendo que, para gerar emprego e renda é necessário mais consumo, exigindo, portanto, maior produção, o que acarreta na busca de mais recursos naturais, trazendo mais renda do trabalho e mais ampliação do consumo. Este círculo vicioso da economia, da sociedade da abundância e da miséria, é o inverso da sustentabilidade.

Neste sentido, é possível mencionar que há uma fragilidade do ser humano voltada para a cooperação e preocupação com as gerações futuras, assim como a baixa existência de políticas sociais que sejam periodicamente avaliadas e ajustadas as novas necessidades emergentes,

dificultando, portanto, as construções de perspectivas para o desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA,2007).

Para Junglhaus (2003), o brasileiro tem agido de forma que leva ao entendimento que a natureza não está presente na vida cotidiana, e como se estas ambas partes não estivessem em constante interação. Por sua vez, Carvalho et al., (2015) comenta que é somente por meio da integração entre os aspectos ambientais, sociais e econômicos que haverá o desenvolvimento sustentável.

Desse modo, Junglhaus (2003), critica que a experiência histórica brasileira leva a compreensão de que os recursos naturais são ilimitados, sendo que este pensamento tem levado a prática negativa do brasileiro com o meio ambiente em todas as regiões do país. O autor cita dois exemplos, em que: 1º - Norte do país, onde há a presença de extensas áreas de desmatamentos, e 2º - no Sul e Sudeste do país, onde a destruição da Mata Atlântica transformou a região na mais populosa do país, poluindo seus rios e mares.

Assim, faz-se necessário que haja também o compromisso com o desenvolvimento regional, e conforme Diniz (2009), para alcançar este desenvolvimento faz-se necessário não somente a dimensão econômica, mas também a ambiental, social, cultural e tecnológica. Direcionando, portanto, ao desenvolvimento regional de forma sustentável.

As questões de desenvolvimento sustentável devem ser pensadas a partir de um foco educacional, centrando no exame da contribuição que as instituições de ensino podem oferecer neste processo educativo (IPIRANGA, et al., 2011). Assim, se faz necessário verificar como está a perspectiva para a educação ambiental no ensino superior e técnico.

2.4 PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO

A educação ambiental contribui para a compreensão entre a humanidade e o meio ambiente, levando as noções de ética ambiental na busca de um equilíbrio ecológico e qualidade de vida, no qual as pessoas e a sociedade despertem em si o desejo da construção da cidadania (Zitzke,2002).

Na visão de Bacci et al., (2015) a política de implantação ambiental na universidade deve contemplar os processos presentes e futuros, sendo realizadas em todas as instâncias das instituições de ensino superior, esperando que haja uma contribuição para a formação socioambiental cidadã de toda a comunidade universitária.

Nos cursos de nível técnico não é diferente, e o Ministério da Educação direciona aos educadores a missão do ensinamento e exercício da cidadania voltado a preservação ambiental, em que este processo direciona a práticas sustentáveis de forma permanente nos cursos, promovendo o respeito a todas formas de vida (BRASIL,2016).

O início da trajetória do ensino superior está relacionado diretamente com a busca de formação profissional focada na especialidade de cada área, mostrando que os currículos dos cursos eram preenchidos por abordagens sociais, econômicas, filosóficas, culturais, entre outras. Estes fatores direcionavam a presença da abordagem ambiental de forma isolada e presente somente em alguns cursos (BILERT,2013).

Porém, não são somente os currículos dos cursos de nível superior que apresentam o foco direcionado apenas a especialidade de cada área, os cursos de nível técnico precisam ainda de maiores ações de caráter multidisciplinar que reconheçam a importância das dimensões políticas, éticas, sociais e ambientais em suas estruturas curriculares (PEREIRA e OCTÁVIO,2016).

Neste contexto, Zitzke (2002) apresenta a ideia na qual a educação ambiental não deve ser apresentada a um discente somente como um conteúdo de disciplina, mas deve ser integrada aos valores e conceitos tratados em cada assunto ensinado. As dimensões ambientais devem ainda permear sempre que possível em conjunto com as esferas do ensino, pesquisa e extensão, buscando criar sempre novas possibilidades e propiciando um aprendizado crítico sobre o assunto (BILERT,2013).

Um exemplo de abordagem das esferas de ensino é mostrado por Fouto (2002), que discute o papel da universidade na sociedade em sua esfera de desenvolvimento sustentável. Na figura a seguir, é possível visualizar a esquematização:

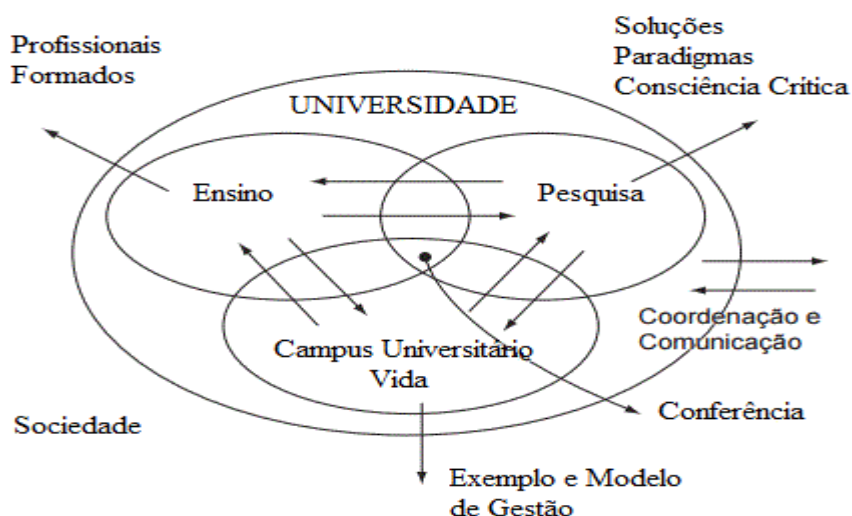


Figura 1: O papel da universidade na sociedade, relacionado ao desenvolvimento sustentável.

Fonte: Adaptado de Fouto (2002).

O modelo mencionado por Fouto (2002) mostra quatro níveis de intervenção para as IES:

- i. Educação dos tomadores de decisão para um futuro sustentável;
- ii. Pesquisa para soluções, paradigmas e valores que seja apto para uma sociedade sustentável;
- iii. Os *campi* universitários como modelos e exemplos da sustentabilidade local e regional;
- iv. Comunicação e coordenação entre os níveis mencionados anteriormente e a sociedade.

Neste contexto reflexivo, o modelo apresentado pode ser generalizado e incorporado na prática comunitária de qualquer universidade, e em qualquer lugar do mundo, pois há uma interação entre os diversos setores acadêmicos das instituições de ensino proporcionando assim um relacionamento com a sociedade (LARA,2012). As instituições de ensino técnico, também podem aplicar diversas premissas para o ensino da temática ambiental, buscando formas de disseminação do tema ambiental por meio do ensino, vida escolar no campus e compartilhamento dos resultados alcançados com a comunidade.

Desse modo, Sachs (1993 apud BILERT,2013) contribuem explicando que para atingir o desenvolvimento sustentável, têm que haver a presença de cinco dimensões, que são: econômica, social, espacial, ecológica/ambiental e cultural.

A educação superior é criticada por Bacci et al., (2015) porque ainda é uma área de ensino que precisa de mais pesquisas na área ambiental; em cursos de pós-graduação e especialização já é possível presenciar um maior debate sobre o assunto, e como contribuição, o autor menciona que em uma pesquisa realizada pelo Banco EARTE - eart.net, mostra que mesmo havendo a presença de pesquisas com a temática ambiental no ensino superior, de um total de 2110 trabalhos realizados, somente 48 foram localizados na busca do banco de dados contento as palavras “superior” e “universidade” dentro da área de estudo ambiental. (BACCI et al., 2015).

Os cursos de nível técnico apresentam situações similares no ensino, sendo criticado por Pereira e Octávio (2016) que o atual currículo da Educação Profissional e Técnica de Nível Médio aborda o tema “sustentabilidade” como um tema emergente e de conceito genérico e controverso, em que disciplinas com temática ambiental acabam sendo substituídas por opções alternativas, não sendo apresentadas como disciplinas principais para conscientização de impactos ambientais.

Ao abordar sobre a educação formal, Velasco (2002) argumenta dizendo que a lei nº9.795/99 é bem clara ao dizer que a educação ambiental deve estar inserida nos currículos das instituições públicas e privadas, no qual as instituições de ensino superior e técnico devem revisar seus currículos fazendo com que a Educação Ambiental os permeie. Com efeito, o Art. 11 da lei nº9.795/99 estipula que: “A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas” (BRASIL, Art.11,1999).

Em complemento a lei nº 9795/99, o Ministério da Educação – MEC (2012), publicou a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. No artigo 15 e inciso 3º da resolução, é determinado que “o tratamento pedagógico do currículo deve ser diversificado, permitindo reconhecer e valorizar a pluralidade e as diferenças individuais, sociais, étnicas e culturais dos estudantes, promovendo valores de cooperação, de relações solidárias e de respeito ao meio ambiente”.

Em contribuição, o artigo 16 explica que os conhecimentos concernentes a Educação Ambiental no Ensino Superior e na Educação Técnica Profissional pode ocorrer de três formas “I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares”. São permitidas outras formas de inserção na organização curricular do curso superior, considerando a natureza dos cursos (BRASIL, art.16 ,2012).

A Resolução de 25 de junho de 2012 é mencionada por Moura e Hirata (2013) como resultado de uma série de exigências legais que foram implantadas no Brasil ao decorrer dos anos para promover a educação ambiental. Diante deste entendimento, é possível dizer que as perspectivas para a educação ambiental no ensino superior e técnico estão progredindo em âmbito legal.

2.4.1 A Educação Ambiental no Ensino Superior – Diferentes Saberes nos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas e afins

A universidade, conforme explicita Morales (2007), é considerada como um local que produz e direciona as transformações que uma sociedade vivencia, sendo um dos espaços mais sensíveis a mudanças, que ao atender as novas demandas sociais e profissionais que um mercado de trabalho requer, exige uma readequação das etapas de formação.

A urgência de educadores ambientais encontra-se presente desde as recomendações da conferência de Tbilisi realizada em 1972, no qual é mencionado em algumas de suas diretrizes

que a educação ambiental no espaço universitário deveria romper com os modelos tradicionais de educação, sendo que a interdisciplinaridade agiria em busca de resolver problemas sócio-ambientais (UNESCO,1994).

No Brasil, é possível presenciar a ocorrência de seminários sobre “Universidade e Meio Ambiente” realizados no país entre os anos de 1986 e 1992, que acabaram contribuindo no papel da universidade como espaço de vinculação com a temática ambiental. Em decorrência destes seminários, a partir de 1990 universidades inspiradas nas recomendações e diretrizes presentes nestes encontros, começaram a ofertar disciplinas optativas e comissões interdepartamentais ou programas e cursos interdisciplinares, vinculados a educação ambiental (MORALES,2007).

Não obstante, a educação ambiental está fragmentada e isolada a alguns cursos. Nesta perspectiva, Bursztyrn (2001), aborda que a proximidade da universidade com os assuntos relacionados ao desenvolvimento sustentável não é tão recente como a consagração do conceito e o que se observa é a separação entre as ciências, que no momento atual são as ciências da natureza, ciências humanas e exatas, direcionando a uma fragmentação do conhecimento para a constituição de formações diferenciadas.

No mesmo sentido, Rubin (2011), diz que a separação das áreas das ciências da natureza, ciências humanas e ciências sociais formou uma ideia falsa de separação, de fechamento de disciplinas e de natureza infinita. Desta forma, o autor explica que a produção de conhecimento se direcionou para as novas necessidades de cada área, negando as relações formadas entre sociedade e natureza.

O direcionamento ideal é proposto pela Conferência Nacional de Educação - CONAE (2010), neste é mencionado que as instituições de ensino superior devem promover o ensino, a pesquisa e a extensão de seus cursos pelos princípios e objetivos da educação ambiental, além de promover integradamente esta temática em seus projetos tanto institucionais como pedagógicos (BRASIL,2012).

Em contribuição, Rubin (2011) enfatiza que a universidade é o *lócus* de conhecimento e produção científica, sendo praticada a neutralidade e onde há a reflexão e aplicação de ideias que possam gerar mudanças. O papel das instituições de ensino superior é trabalhar com a multidisciplinaridade no qual as disciplinas possam mostrar os diferentes saberes e a relação entre eles.

Explicando mais sobre à inserção da multidisciplinaridade no ensino superior, Andrade et al., (2006) explica que o desenvolvimento sustentável não deve pertencer somente a uma disciplina específica, mas deve abranger a todas as disciplinas de uma graduação. Estas

características multidisciplinares podem ser observadas nos objetivos de algumas universidades de ensino superior, como nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Por meio do endereço eletrônico destas instituições, fica evidenciado o direcionamento de seus propósitos para a Sustentabilidade, entre os quais se destacam:

“Acreditamos estar, assim, cumprindo o verdadeiro papel de uma Universidade de produzir e difundir saberes que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida da coletividade”(UERJ, 2017, *on-line*);

“A USP foi criada com a finalidade de promover a pesquisa e o progresso da ciência; transmitir pelo ensino conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito e que sejam úteis à vida; e formar especialistas em todos os ramos da cultura e em todas as profissões de base científica ou artística” (USP, 2017, *on-line*);

“Pretende-se que a UFFS seja uma Universidade de qualidade comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País” (UFFS,2017d, *on-line*);

“Constituem objetivos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: art. 3º, II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; [...] art.3º, VI- estimular o conhecimento de problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais[...]" (UFRRJ, 2010, p. 2).

Neste sentido, Bilert (2013) explica que a universidade deve assumir este papel na mudança da realidade ambiental, auxiliando com alternativas para que se superem os problemas ambientais. As universidades mencionadas mostram em seus perfis e/ou propósitos a preocupação com a dimensão do ensino de desenvolvimento sustentável.

Ao que abrange a área de ciências sociais aplicadas, experiências podem ser visualizadas também em algumas universidades públicas nacionais. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS (2017), a faculdade de ciências econômicas trabalha em sua área de pesquisa projetos como o GRIMAD – Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Este projeto foi constituído no ano de 2000, contando com pesquisadores de diversas áreas de conhecimento relacionados a pesquisas sócios-ambientais na esfera rural.

Na capital do país, a Universidade de Brasília – UNB, disponibiliza em seu Centro de Desenvolvimento Sustentável, temas de pesquisa na área de doutorado envolvendo diversas áreas de conhecimento – abrangendo as ciências sociais aplicadas. Entre os diversos temas de pesquisa, pode-se citar dois: 1º “Economia ambiental- economia aplicada aos recursos naturais;

análises de fatores de sustentabilidade ambiental; pagamento por serviços ambientais; avaliação de políticas de resíduos sólidos; valoração de danos ambientais; avaliação custo-benefício de políticas públicas ambientais”, 2º - “Desenvolvimento de Produtos, Políticas Ambientais como um fator de inovação [...] Avaliação de Impacto Ambiental em Processos Industriais; Avaliação do Ciclo de Vida de Atividades Econômicas baseadas em Energias Renováveis” (UNB,2017, *on-line*).

Ademais, aumentando o envolvimento da educação ambiental ensino superior, existe a “Rede de Estudos Ambientais de Países de Língua Portuguesa – REALP, que conta com a presença de 12 universidades de língua portuguesa, entre elas a Universidade de Brasília – UNB, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, a Universidade Federal do Pernambuco – UFPE, e a Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Entre os objetivos desta rede está a preservação do meio ambiente, a promoção de recursos humanos para estudos de planejamento e questões ambientais, a promoção de intercâmbio acadêmico profissional entre as universidades participantes, entre outros (REALP,2017).

Diante do exposto, é realmente necessária uma abordagem e ensino do tema nos cursos de ciências sociais e humanas, porque são nestas áreas em que grande parte dos profissionais atuam em posições estratégicas nas organizações, sendo responsabilidade das universidades, repensar na formação na qual estão oportunizando, devendo entender a importância que estas possuem tanto na formação profissional como na humana e cultural (BILERT,2013). Além disto, faz-se necessário conhecer como está inserido o tema ambiental em cursos de nível técnico, que apresentam conceitos e diretrizes recentes na educação nacional.

2.4.2 A Educação Ambiental no Ensino Técnico

Os padrões tecnológicos atuais, o crescimento da população e do consumo levam a necessidade de um aumento e avanço nos processos de força de trabalho especializada. Este processo, que precisa ser realizado de forma eficaz e rápida, vem em conjunto com a abrangência de cursos técnicos no País.

Assim, no ano de 2008 o Ministério da Educação – MEC, implementa o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, por meio da Resolução MEC/CNE/CEB nº 3, 2008; neste documento, explica que deve ser criado o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos de Nível Médio nas redes públicas e privadas de Educação Profissional, em que todos os cursos técnicos do país devem seguir os preceitos constantes no respectivo catálogo (BRASIL,2008).

Em consideração da perspectiva política-educacional à população brasileira, nota-se que houve uma expansão do ensino técnico para atender de forma rápida jovens e adultos na inserção no mercado de trabalho. Em sua proposta do atual Plano Nacional para Educação, que foi aprovado em 2014, foram constituídas diversas metas, entre elas está a número 11, a qual informa que pretende triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão de cursos técnico no segmento público (PEREIRA e OCTÁVIO, 2016).

Diante disto, as esferas governamentais trouxeram uma significativa ampliação das redes de ensino técnico público no País, tanto em institutos federais técnicos, escolas, centros educacionais, entre outros, como informa o ministério da educação:

“De acordo com dados do Censo da Educação Básica, a educação profissional concomitante e a subsequente ao ensino médio cresceu 7,4% nos últimos cinco anos, atingindo mais de um milhão de matrículas em 2013 (1.102.661 matrículas). Com o ensino médio integrado, os números da educação profissional indicam um contingente de 1,4 milhões de alunos atendidos. Essa modalidade de educação está sendo ofertada em estabelecimentos públicos e privados, que se caracterizam como escolas técnicas, agrotécnicas, centros de formação profissional, associações, escolas, entre outros. O Censo revela ainda que a participação da rede pública tem crescido anualmente e já representa 52,5% das matrículas. Isso indica que, se a tendência se mantiver, a oferta de pelo menos 50% na rede pública será alcançada, sendo necessário o desenvolvimento de ações que garantam oferta triplicada e de qualidade” (BRASIL, 2014, p. 39).

Neste cenário, o governo mostra seu objetivo de maximizar a inserção de cursos técnicos na sociedade, e sobre a educação ambiental no curso técnico, Pereira e Octávio (2016) abordam que é comum haver o componente curricular “Ética e Cidadania”, buscando contemplar a discussão da sustentabilidade pelo olhar da responsabilidade social e da ética na preservação ambiental.

Porém, é importante frisar que os aspectos econômicos, sociais e políticos devem ser discutidos em conjunto com o meio ambiente em qualquer esfera escolar – primário, secundário, médio, técnico e superior, visto que a formação de sujeitos críticos será construída pelas múltiplas abordagens da educação, possibilitando a ampliação e aplicação de ideias no ambiente profissional (BILERT,2013).

A resolução nº12 de 2012 do Ministério da Educação reforça esta informação, dizendo que todas as esferas educacionais devem conter a inserção da educação ambiental de forma integrada e multidisciplinar, e que todos os professores devem obter uma formação complementar para auxiliar no ensino do tema ambiental para os seus alunos.

Instituições de nível técnico implementam em seus projetos políticos pedagógicos a importância da Educação Ambiental e Meio Ambiente, direcionando que deve haver um

compromisso com as práticas sustentáveis. Por meio dos documentos das instituições, fica evidenciado os seus propósitos sobre o tema ambiental, entre os quais se destacam:

“o Campus Santa Inês pauta sua proposta em uma educação numa perspectiva democrática e libertadora, no reconhecimento da complexidade do fazer educativo, nos princípios da interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, educação para as relações etnoraciais, educação ambiental, inclusão, sustentabilidade, multiculturalidade e igualdade de condições sociais” (IFBA, 2015, p, 57).

“A Lei Nº 9.795/1999, que trata da Educação Ambiental, será um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. [...] A responsabilidade da escola é grande, no entanto é preciso assumirmos a educação como um ato político e amoroso, assim como afirma Paulo Freire em seu livro “Pedagogia da Esperança”: “Sejamos capazes de construir utopias como sendo o inédito. A Instrução 009/2011 orienta sobre a obrigatoriedade de constar no PPP a Educação Ambiental (Lei 9795/99) Dec.4201/02” (CEEP,2016, p. 40).

“Segundo o estatuto do IFSP, em seu inciso I, Artigo 4º do Capítulo III, é princípio norteador de nossa prática: “o compromisso com a justiça social, a equidade, a cidadania, a ética, a preservação do meio ambiente, a transparência e a gestão democrática.” Ora, esse princípio pontua claramente o caráter integrador da concepção de educação que deve ser realizada, não apenas porque buscar integrar o processo educativo como um todo, mas sobretudo porque o relaciona à sociedade e o identifica com ela. Essa integração deve acontecer, assim, na forma de uma efetiva construção e de um fortalecimento da cidadania, da ética e da democracia, garantindo o comprometimento do IF com a justiça social, dadas as condições econômicas e materiais em que vivemos, sem perder de vista a preocupação com o equilíbrio ambiental e a sua preservação” (IFSP, 2016, p. 27).

Neste sentido, faz-se presente a ideia de Gonçalves (2013), dizendo que uma das propostas da multidisciplinaridade é chamar a atenção de todas as pessoas e instituições de que os conhecimentos “ditos específicos” não pertençam a nenhuma disciplina, devendo haver uma conexão entre elas, propondo a união em um único campo de conhecimento mesmo havendo a presença de diversas áreas envolvidas.

Diante dessas informações, é importante mencionar que o ensino profissional técnico de nível médio está se consolidando e expandindo cada vez mais no País, sendo importante que as questões ambientais façam parte em conjunto deste processo de crescimento e inovação para a eficácia da inserção ambiental no ensino. Assim, faz-se necessário o estudo desta área de ensino neste estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, o objetivo é apresentar a metodologia adotada para responder ao problema de pesquisa deste trabalho. Para tanto, foi necessário definir a finalidade da pesquisa, os métodos, as técnicas, os procedimentos e etapas, de maneira a atingir o objetivo proposto.

3.1 FINALIDADE DA PESQUISA

Esta pesquisa é de caráter aplicada, pois possui como finalidade levar a soluções aos problemas sociais e/ou entender como agir diante de um problema. Trujillo Ferrari (1982, p. 171 apud ZANELLA, 2006), explica que “não obstante a finalidade prática da pesquisa, ela pode contribuir teoricamente com novos fatos para o planejamento de novas pesquisas ou mesmo para a compreensão teórica de certos setores do conhecimento”.

Com os resultados, pode-se contribuir tanto para as instituições de ensino superior e técnico de Laranjeiras do Sul, como também para as instituições presentes em âmbito nacional, proporcionando a compreensão de que as grades curriculares dos cursos podem estar relacionadas aos objetivos dos mesmos.

3.2 MÉTODO DE PESQUISA E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Para responder ao problema de pesquisa de forma satisfatória, optou-se pelo método qualitativo e exploratório, a partir de uma abordagem descritiva. Assim, Gil (2002) explica que a análise qualitativa depende de fatores como a natureza da coleta de dados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos que estão em torno da investigação. Em contribuição, Zanella (2006), explica que a pesquisa qualitativa possibilita o conhecimento da realidade social por meio dos sujeitos participantes da pesquisa, onde não há a quantificação.

No respectivo estudo, os sujeitos estudados foram os docentes dos cursos de ciências sociais aplicadas e afins, tendo como objeto de estudo as ementas das disciplinas voltadas as questões que suscitam e/ou podem suscitar a discussão da temática ambiental, permitindo analisar a inserção da dimensão ambiental nos cursos selecionados. Estes dados não foram quantificados, mas sim analisados mediante uma explicação e compreensão da dinâmica das relações sociais (GERHARDT, 2009).

Quanto ao caráter exploratório da pesquisa, segundo Severino (2007), são levantadas informações acerca de um determinado objeto, abordando uma área de trabalho e mapeando as

manifestações desse objeto. Corroborando, Gil (2002) explica que este tipo de pesquisa tem como foco trazer maior aproximação com o problema, com o intuito de torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses abordando as características da população ou fenômeno, que serão feitos mediante técnicas de coleta de dados, tais como: entrevista e observação.

Assim, a coleta das informações sobre a inserção da dimensão ambiental nos cursos investigados possibilitou atingir ao objetivo proposto. Para a coleta de dados foram utilizadas as seguintes técnicas:

a) Pesquisa documental:

A análise documental, conforme explica Gonsalves (2007), não se caracteriza somente por documentos impressos, mas também por outros tipos de documentos com informação organizadas que podem ser caracterizados como documentos legais, gravações, comportamentos gestuais e visuais, entre outros.

Nestes casos, os documentos são ainda matéria-prima a partir do qual o pesquisador vai desenvolver a investigação de análise (SEVERINO, 2007). No mesmo contexto de estudo, Franco (2008), aborda que a análise documental permite localizar informações nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse.

Para a análise documental, foram investigados os cursos no município de Laranjeiras do Sul que abrangem a área de ciências sociais aplicadas e afins conforme informações obtidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ e Ministério da educação – MEC. Após a seleção dos cursos, foram verificados os seus respectivos “Planos Pedagógicos dos Cursos (PPC’s)” e/ou página digital, que permitiu a visualização de informações como o objetivo do curso, sua estrutura curricular e ementário das disciplinas.

Diante disto, buscou-se verificar como a temática ambiental está inserida nos cursos de ciências sociais aplicadas e afins, tendo como apoio as informações da Resolução N° 2, de 15 de junho de 2012 no qual são estabelecidas as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental.

b) Entrevista semiestruturada:

Nesta técnica, foram entrevistados treze docentes que ministram disciplinas que suscitam e/ou podem suscitar a temática ambiental no ano de 2017 e/ou última oferta da disciplina no curso. Neste tipo de entrevista, é elaborado pelo pesquisador um roteiro a ser seguido, porém é permitido que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo oriundos do assunto principal (GERHARDT,2009).

Dentre algumas vantagens da entrevista, Marconi e Lakatos (2010) mencionam que há uma maior flexibilidade, podendo repetir perguntas ou até mesmo esclarecer estas, garantindo a compreensão do entrevistado. Além disto, é possível avaliar atitudes, condutas e comportamentos do entrevistado conseguindo informações mais precisas que podem às vezes não se encontrar em fontes documentais das instituições. As entrevistas foram realizadas com os docentes pessoalmente com o auxílio de gravação de áudio (mp3) que foram autorizadas pelos mesmos no momento em que foram iniciadas as gravações. As gravações possibilitaram que posteriormente fossem transcritas textualmente as falas dos docentes proporcionando maior eficácia na compreensão da percepção dos mesmos.

c) Observação:

Outra técnica utilizada nesta pesquisa foi a da observação, esta técnica é uma fonte rica para a construção de hipóteses permitindo analisar os fatos ou a correlação existente entre eles. Ademais, esta técnica não consiste em simplesmente ver e ouvir, mas também é necessário examinar fatos ou fenômenos que deseja estudar. A forma de observação escolhida neste trabalho foi a não participativa: o pesquisador tem contato com a realidade que está sendo estudada, porém não se integra a ela. Participando somente como espectador (MARCONI E LAKATOS, 2010).

A observação neste estudo ocorreu no momento das entrevistas que foram realizadas com os docentes mediante observações de aspectos como: o comportamento do entrevistado (caso se sentiu à vontade em responder ou não as perguntas) e se houve alguma dificuldade em responder alguma pergunta da entrevista. Estas informações auxiliaram na análise de dados, que permitiu ao observador fornecer informações complementares sobre os sujeitos participantes do estudo nesta pesquisa.

3.3 SELEÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E DOS SUJEITOS DA PESQUISA

A escolha das instituições de ensino ocorreu mediante a presença de cursos que contemplam a área de ciências sociais aplicadas e afins no município de Laranjeiras do Sul – PR. As instituições selecionadas tiveram seus nomes substituídos, e foram caracterizadas neste trabalho como: Instituição “A”, Instituição “B”, Instituição “C” e Instituição “D”. A escolha e seleção dos sujeitos participantes desta pesquisa esteve direcionada aos docentes das disciplinas voltadas as questões que suscitam e/ou podem suscitar a discussão da temática ambiental no ano de 2017 não sendo divulgados seus respectivos nomes neste trabalho.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

Por fim, a técnica de análise de dados ocorreu por meio de análise de conteúdo. Esta análise envolve a verificação da técnica de análise das comunicações buscando entender de forma crítica o sentido exposto ou oculto das comunicações. Engloba, assim, a análise de conteúdo das mensagens, linguagens, expressões verbais entre outros. Ressaltando que as mensagens podem ser verbais (orais ou escritas), gestuais, e também documentais (SEVERINO, 2007).

Todas as informações coletadas, análise de documentos, entrevistas e observação, levaram aos resultados que o trabalho propôs, permitindo que fosse alcançado o objetivo deste estudo, contribuindo com informações tanto para a comunidade acadêmica, empresarial, social, política e ambiental.

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES

Nesta seção, são apresentados as análises e discussões da presente pesquisa, que foram seguidas conforme os objetivos específicos do presente estudo, alcançando, portanto, o objetivo geral deste trabalho.

4.1 OS CURSOS DE ACORDO COM O CNPq E MEC

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi criado em 1951 desempenhando um papel primordial na formulação e condução das políticas da ciência, tecnologia e inovação. Sua atuação auxilia no desenvolvimento nacional e no reconhecimento das instituições de pesquisa e pesquisadores na comunidade científica internacional. Na página oficial do CNPq é disponibilizada uma tabela com as áreas de conhecimento em que cada curso de graduação está inserido, variando das áreas de número 1 até o número 9 (CNPq, 2017).

Em relação ao Ministério da Educação (MEC), este surgiu no ano de 1930 buscando promover o ensino de qualidade em todo o país. Entre as competências atuais deste ministério está a política nacional da educação, educação infantil e a educação em geral (BRASIL,2017a). Em sua página oficial, está disponibilizado o catálogo nacional de cursos técnicos que são apresentados conforme o eixo tecnológico que cada curso pertence como também suas características (BRASIL, 2016).

No município de Laranjeiras do Sul – PR, quatro instituições de ensino fizeram parte deste estudo, e conforme mencionadas anteriormente neste trabalho foram caracterizadas como: “A”; “B”; “C”; e “D”. Na instituição “A”, os cursos pesquisados foram o de Administração, Ciências Contábeis, Tecnólogo em Gestão Ambiental e Serviço Social; na instituição “B”, o curso pesquisado foi o de Ciências Econômicas; na instituição “C”, o curso pesquisado foi o de Secretariado Executivo e para finalizar, na instituição “D”, os cursos pesquisados foram os de Técnico em Agronegócio e Técnico em Contabilidade.

Ao que se refere as áreas de conhecimento, conforme exposto na página do Conselho Nacional de Desenvolvimento Nacional Científico e Tecnológico – CNPq (2017), os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Serviço Social estão classificados como Ciências Sociais Aplicadas – área de conhecimento 6. (CNPq,2017).

Sobre o curso de Secretariado Executivo, na página virtual do CNPq (2017) este curso está mencionado na “grande área 9, outras”. Porém, foi possível verificar que na página virtual

de algumas universidades, como a Universidade Estadual do Centro-Oeste, o respectivo curso faz parte do setor de Ciências Sociais Aplicadas, justificando, portanto, que este pertence a respectiva área de conhecimento (UNICENTRO,2017).

Referente ao curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, esta graduação pertence ao grupo de “grande área 9 outras”. Dentro desta grande área há a subdivisão denominada de “multidisciplinar” constando cursos de Meio Ambiente, Gestão, Tecnologias, entre outros, o que justificou sua inclusão neste trabalho como um curso da área de cursos afins (SOUZA,2006).

Sobre os cursos técnicos, o curso Técnico em Contabilidade pertence ao eixo tecnológico “Gestão e Negócios” e o curso Técnico em Agronegócio pertence ao eixo tecnológico “Recursos Naturais”. Ambos os cursos foram incluídos neste estudo pois possuem a possibilidade de verticalização para cursos de graduação da área de ciências sociais aplicadas, conforme informações obtidas mediante o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação - MEC (2016).

Conforme as informações coletadas, a presença de oito cursos presentes em quatro instituições de ensino mostra como a área de ciências sociais aplicadas e afins possuem uma ampla variedade de cursos, além disto, é possível afirmar que cada instituição de ensino estudada possui cursos que não se repetem entre si, ou seja, não há a oferta do mesmo curso em diferentes instituições do município, proporcionando uma mescla de oportunidades em oferta destes cursos.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO DE LARANJEIRAS DO SUL PARTICIPANTES DO ESTUDO

A caracterização de cada instituição de ensino é necessária para melhor conhecimento das instituições estudadas. No quadro 1, é mencionado o nome da instituição e a sua caracterização. As instituições pesquisadas foram denominadas de A; B; C; e D. Todas as informações disponíveis sobre cada instituição de ensino mencionada no quadro foram fornecidas por documentos e/ou página digital institucionais no segundo semestre letivo de 2017.

Quadro 1: Caracterização das Instituições de Ensino que fazem parte do estudo.

| INSTITUIÇÃO | CARACTERIZAÇÃO |
|-----------------|---|
| Instituição “A” | Esta instituição foi constituída em outubro de 2006 com o propósito de implantar uma nova instituição de ensino superior no município de Laranjeiras do Sul (PR). Atualmente, esta faculdade oferta 5 cursos a nível de graduação, sendo eles: Administração - com quatro turmas no período noturno; Ciências Contábeis - com quatro turmas no período noturno; Educação Física - com quatro turmas, sendo duas no período matutino e duas no período noturno; Tecnólogo em Gestão Ambiental - com uma turma em período noturno e Serviço Social com uma turma no período noturno. (FACEOPAR, 2017a). A missão desta instituição é a de “oferecer uma educação inovadora com qualidade em seu conteúdo e nos meios de ensino, buscando a formação do cidadão e a contribuição para o desenvolvimento regional através do conhecimento” (FACEOPAR, 2017b, <i>on-line</i>). |
| Instituição “B” | A criação desta instituição foi oficializada em setembro de 2009, iniciando suas atividades em março de 2010. Sua sede está localizada no município de Chapecó-SC. A universidade possui três <i>campus</i> no Estado do Rio Grande do Sul (Erechim, Passo Fundo e Cerro Largo) e dois <i>campus</i> no Estado do Paraná (Laranjeiras do Sul e Realeza), (UFFS, 2017b). No município de Laranjeiras do Sul, encontram-se 6 cursos de graduação, entre eles o de Agronomia – com cinco turmas em período integral; Ciências Econômicas – com cinco turmas em período noturno; Engenharia de Aquicultura – com cinco turmas em período integral, Engenharia de Alimentos – com cinco turmas em período integral; Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura com seis turmas em caráter de alternância (período integral de aulas, e outro período domiciliar) e o curso Interdisciplinar em Educação do Campo – com nove turmas, sendo cinco no período noturno e quatro em período integral (UFFS, 2017a). A missão desta universidade é de “assegurar o acesso à educação superior [...], desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão [...], e promover o desenvolvimento regional integrado” (UFFS, 2017c, <i>on-line</i>). |
| Instituição “C” | Esta universidade surgiu no ano de 1990 por meio da união de duas faculdades: sendo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava – Fafig junto com a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati – Fecil (UNICENTRO, 2017a, <i>on-line</i>). Sua sede está localizada no município de Guarapuava havendo <i>campus</i> em cidades como Irati, Laranjeiras do Sul e outros municípios no Estado do Paraná. No <i>campus</i> avançado de Laranjeiras do Sul, há dois cursos de graduação em funcionamento no presente momento, que são: Secretariado Executivo - com uma turma no período noturno; e Pedagogia - com quatro turmas no período noturno |

| | |
|-----------------|--|
| | (UNICENTRO, 2017d, <i>on-line</i>). A missão desta instituição é o de “propiciar a produção, a guarda, o acesso e a disseminação do conhecimento científico, da cultura, da arte, da tecnologia e da inovação, formando pessoas eticamente responsáveis e profissionalmente qualificadas para a atuação e a transformação do contexto socioeconômico e político em que atuam e contribuindo para o desenvolvimento regional” (UNICENTRO, 2017, p. 11). |
| Instituição “D” | A criação desta instituição ocorreu em junho de 2016. Atualmente possuem três cursos de nível técnico na instituição, que são: o curso Técnico em Agronegócio - com três turmas no período noturno e uma no período matutino que está integrada ao ensino médio; o curso Técnico em Contabilidade – com duas turmas no período noturno; e o Curso Técnico em Enfermagem – com duas turmas no período noturno. A missão da instituição é “o compromisso com a formação humana dos alunos, a qual requer a apreensão dos conhecimentos científicos, tecnológicos e históricos-sociais pela via escolarizada” (CEEP, 2017, p. 5-6.) |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

De acordo com as informações do quadro 1, das quatro instituições de ensino estudadas, duas possuem mais de dez anos de funcionamento no município, uma está presente a sete anos e outra está com somente um ano e meio de presença na cidade. Há uma variedade de oferta de cursos entre elas, sendo que a instituição “A” oferta 5 cursos de graduação, a “B” oferta 6 cursos de graduação, a “C” dois cursos de graduação e a “D” três cursos técnicos. Em sua missão, as instituições “A”, “B” e “C” mencionam o propósito do desenvolvimento regional, e este desenvolvimento só pode ser alcançado de fato quando há a união das dimensões econômicas, ambientais, culturais, sociais e tecnológicas. Ainda, as instituições “A”, “C” e “D” possuem a maioria de seus cursos em período noturno, possibilitando uma maior oportunidade dos alunos conciliarem estudo/trabalho. Vale ressaltar que não foram ofertadas novas vagas para o curso de Secretariado Executivo e Pedagogia para o ano letivo 2018/1 na instituição “C” do campus de Laranjeiras do Sul, mostrando uma possível desativação futura destes cursos /campus no município.

4.2.1 Descrição dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas e Afins Estudados no Município de Laranjeiras do Sul – PR

A descrição dos cursos que fazem parte desta pesquisa é essencial para maior conhecimento dos propósitos que cada curso possui nas instituições pesquisadas. Mediante esta informação, a seguir foram mencionados os cursos, a instituição a qual cada um pertence, a quantidade de vagas anuais ofertadas, e o objetivo de cada curso. As informações apresentadas

foram disponibilizadas pelos documentos e/ou páginas digitais de cada instituição pertencente à pesquisa no segundo semestre letivo de 2017.

a) O curso de Administração

Em Laranjeiras do Sul, o curso teve início na instituição “A” no ano letivo 2010/1, sendo ofertadas 100 vagas anuais em período noturno (FACEOPAR, 2013b). Conforme o Conselho Federal de Administração – CFA (2017), o ensino da Administração está diretamente relacionado ao ciclo de desenvolvimento do país, na qual obteve seu auge de cursos ofertados com a expansão do desenvolvimento atrelado ao ramo empresarial/organizacional. O curso desta instituição possui como objetivo geral:

“formar profissionais com capacidade técnico-científica específica para entender os aspectos técnicos das práticas administrativas, buscando que os mesmos desenvolvam: raciocínio abstrato e verbal, habilidades numéricas e capacidades de análise e síntese, habilidades interpessoais e de liderança, organização, criatividade e interesse por tarefas de cunho administrativo e social” (FACEOPAR, 2013b, p. 16).

O curso de Administração desta instituição mostra possuir um objetivo amplo, em que diversas habilidades e práticas da profissão são mencionadas. Mesmo seu objetivo geral não ter mencionado um propósito específico sobre aspectos que promovam a educação ambiental, em um dos seus objetivos específicos é mencionado que o curso busca trazer aos futuros administradores uma visão contemporânea com consciência social e ambiental que suas atividades podem trazer. Este objetivo específico, mostra que mesmo com as diversas atribuições que a profissão requer, os aspectos ambientais ainda precisam estar presentes para nortear o curso com objetivos relacionados ao meio ambiente.

b) O curso de Ciências Econômicas

Iniciando suas atividades na instituição “B” no semestre letivo 2010/1 com o nome de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial – DRGA, foi substituído no ano de 2012 pelo curso de Ciências Econômicas, sendo ofertadas 50 vagas anuais com aulas realizadas em período noturno (UFFS, 2012). Em seu Plano Pedagógico do Curso - PPC de 2012, o curso desta instituição possui o seguinte objetivo geral:

“Formar profissionais capacitados a compreender o desenvolvimento regional em suas dimensões econômicas, sociais, políticas, e ambientais, com competências e habilidades para a análise de problemas socioeconômicos, permitindo a proposição de ações integralizadoras de desenvolvimento sustentável, além da gestão

agroindustrial e o cooperativismo, principalmente em contexto regional” (UFFS,2012, p. 46).

Em seu Plano Pedagógico do Curso - PPC de 2015, o curso de Ciências Econômicas possui o seguinte objetivo geral:

“Ofertar aos acadêmicos do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas uma formação sólida, crítica e analítica, desenvolvendo seus conhecimentos, habilidades e competências, de modo a capacitá-los para compreender e auxiliar no desenvolvimento em suas dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais, por meio da linha de formação em cooperativismo e desenvolvimento regional” (UFFS,2015, p. 48).

O curso de Ciências Econômicas mostra que está direcionado ao desenvolvimento sustentável e metodologias que direcionam a educação ambiental crítica em suas duas matrizes curriculares, sendo também mencionadas as dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais. Em seus objetivos específicos, também são mencionadas a busca de consciência ética, crítica e reflexiva.

O PPC de 2015 acrescenta que um dos objetivos gerais do curso é a formação de maneira sólida, crítica e analítica, características estas que não se encontram presentes no objetivo geral do PPC de 2012. Mesmo não estando presentes essas características no objetivo geral da matriz de 2012, nos objetivos específicos estas dimensões estão mencionadas demonstrando que os dois PPC's possuem os mesmos propósitos acadêmicos e profissionais em busca dos processos pedagógicos que envolvem a educação ambiental para a formação profissional.

c) O Curso de Ciências Contábeis

O curso de Ciências Contábeis teve o início de suas atividades na instituição “A” a partir do semestre letivo 2009/2, sendo ofertadas 50 vagas anuais no período noturno (FACEOPAR, 2013a). Entre as atribuições do contador está a de coordenar e controlar os registros de negócios (compras, vendas, investimentos e etc), como também interpretar acontecimentos econômicos e fornecer informações aos dirigentes das organizações para tomada de decisões (BARRETO,2015). O curso desta instituição tem como objetivo geral:

“formar profissionais com postura gerencial para atuação no vasto campo de aplicação da Contabilidade, nas empresas privadas e em entidades públicas, contribuindo para o desenvolvimento de Laranjeiras do Sul, da região da Cantuquiriguaçu e o Centro Oeste do Paraná e do Brasil”(FACEOPAR, 2013a, p. 23).

O seu objetivo geral menciona questões amplas da profissão, na qual o propósito do curso é que o aluno atue nas diversas áreas que a contabilidade proporciona. Em nenhum dos seus

objetivos específicos foram encontradas informações que busquem a promoção e aplicação das abordagens ambientais na formação profissional.

d) O Curso Técnico em Contabilidade

O curso técnico em Contabilidade é ofertado pela instituição “D” no período noturno e teve início de suas atividades no semestre letivo 2016/2 sendo ofertadas 40 vagas anuais (CEEP, 2016). O curso analisado é o de forma subsequente. De acordo com a instituição, subsequente refere-se a cursos que só podem ser ingressados quando o vestibulando pode comprovar que já finalizou o ensino médio.

O objetivo geral deste curso constante em seu Plano Pedagógico de 2016 é o de “formar profissionais capazes gerir, produzir e analisar informações contábeis, assim como participar ativamente no processo de gestão das organizações, sejam elas empresas públicas, privadas ou do terceiro setor, atendendo as expectativas do mundo do trabalho” (CEEP, 2016, p. 86). Por ser um curso de caráter técnico, em seu objetivo está presente aspectos com propósitos práticos da profissão, ou seja, o direcionamento explícito para as respectivas funções técnicas/práticas da profissão. Não foram encontrados em seus objetivos específicos aspectos que direcionem o curso para questões ambientais no processo de formação profissional.

e) O curso de Secretariado Executivo

O curso de Secretariado Executivo é ofertado pela instituição “C” desde o semestre letivo 2010/1 no período noturno. O campus avançado conta somente com uma turma deste curso sendo a última que está sendo ofertada neste município. O profissional desta área trabalha diretamente com redes de assessorias executivas em abordagens empresariais, intelectuais, institucionais e sociais (UNICENTRO, 2017c, *on-line*).

Conforme documento institucional, em seu artigo 5º, o curso tem como objetivo formar “um profissional que atue no mercado de trabalho com as seguintes características: I- Assessor executivo [...]; II -Gestor [...]; III – Empreendedor [...]; IV – Consultor [...]; e V – Pesquisador [...]” (UNICENTRO, 2009, p.1). O profissional coordena a redação de cartas e documentos, levantamento e informações, banco de dados e organização de agendas (UNICENTRO, 2017b, *on-line*). Em seus objetivos não foram mencionados aspectos que busquem a promoção de práticas ambientais que direcionem a educação ambiental para a formação profissional.

f) O curso de Serviço Social

O curso de Serviço Social é ofertado em Laranjeiras do Sul pela instituição “C”. São ofertadas 100 vagas anuais em período noturno e o reconhecimento do curso ocorreu no ano letivo de 2009/1 (FACEOPAR, 2017). Este profissional, conforme Ferreira et al (2016) pode exercer atividades para entender a relação do homem com o meio ambiente, buscando equilíbrio social, econômico e político, onde o assistente social pode estudar quais alternativas podem ser tomadas para auxiliar na resolução de problemas ambientais recorrentes na sociedade. O curso desta instituição possui o seguinte objetivo geral:

“Formar profissionais na especificidade do Serviço Social, para uma práxis fundamentada na visão dialética sócio-histórica com habilidade na perspectiva de elaboração das políticas sociais emancipatórias a partir da apropriação da complexidade das relações sociais que a realidade social apresenta em seu cotidiano”(FACEOPAR,2017, p. 24).

O curso de Serviço Social, traz em seu objetivo geral o embasamento de que devem ser trabalhadas a elaboração, implantação e execução de políticas sociais, a partir de todas as necessidades sociais presentes. Porém, não estão presentes nos objetivos do curso a preocupação ambiental, econômica, política e social em conjunto, sendo mencionada somente a questão social. Em seus objetivos específicos tampouco foram encontradas informações que pudessem direcionar o curso a práticas ambientais na formação profissional.

g) O Curso Técnico em Agronegócio

O curso técnico em Agronegócio é ofertado pela instituição “D” e são ofertadas 40 vagas anuais em forma subsequente no período noturno. Suas atividades começaram a partir do semestre letivo 2016/2. De acordo com a instituição, subsequente refere-se a cursos que só podem ser ingressados quando o vestibulando pode comprovar que já finalizou o ensino médio (CEEP, 2016). Este curso tem como objetivo formar profissionais capazes de

“Valorizar a educação como processo seguro de formação de recursos humanos, de desenvolvimento do sistema social mais amplo e competitivo.[...] Propiciar conhecimentos teóricos e práticos amplos para o desenvolvimento de capacidade de análise crítica, de orientação e execução de trabalho no setor administrativo rural. Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos, capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho, na sua comunidade e na sociedade na qual estão inseridos. Profissionalizar os alunos egressos do ensino médio para atuação na área do agronegócio” (CEEP, 2016, p. 63).

Em seus objetivos, está presente o propósito de formar profissionais críticos, reflexivos e éticos, promovendo uma mudança e transformação na sociedade e no campo de trabalho que

estão inseridos. Estes aspectos, sendo integralizados aos princípios do meio ambiente direcionam o curso a práticas metodológicas da educação ambiental na formação profissional.

h) Tecnólogo em Gestão Ambiental

O curso tecnólogo em Gestão Ambiental é ofertado pela instituição “A” e seu funcionamento começou no semestre letivo 2009/2. São ofertadas até 120 vagas anuais no período noturno (FACEOPAR, 2015). Nesta instituição, o objetivo geral do curso é:

“Proporcionar a formação multidisciplinar, aos profissionais que desempenham ou possam a vir desempenhar atividades na área ambiental afim de que desenvolvam competências e habilidades necessárias na preservação e na gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento sustentável a fim de atender às expectativas do mercado” (FACEOPAR,2015, p.31).

Este curso, desde o seu nome até os objetivos, mostra-se direcionado para as práticas do meio ambiente, exercendo metodologias que direcionam à educação ambiental e com isto ao compromisso sustentável. Em seus objetivos específicos, há o direcionamento para a educação ambiental crítica, em que os seus objetivos possam ser metodologicamente aplicados a sociedade de maneira viável e eficaz.

Os cursos de graduação que fazem parte desta pesquisa possuem características similares, todos possuem mais de quatro anos de funcionamento no município, como também todos são ministrados no período noturno. Sobre os cursos técnicos, ambos possuem um ano e meio de abertura na instituição de ensino técnico e suas aulas são ministradas no período noturno. Analisando os objetivos de cada curso, é possível mencionar que somente os cursos de Ciências Econômicas e Tecnólogo em Gestão Ambiental mencionam a busca pelo desenvolvimento sustentável e/ou ambiental de maneira explícita nas práticas educativas do curso.

O curso de Administração traz em seu objetivo específico que deve ser aplicado ao curso aspectos ambientais e sociais; estes aspectos sendo incorporados nas disciplinas de maneira integralizada aos conteúdos destas, podem direcionar a prática de metodologias que direcionam a educação ambiental. O curso Técnico em Agronegócio também traz em seu objetivo específico a necessidade de formar profissionais com aspectos críticos éticos e reflexivos, sendo características importantes para formar um profissional com aspectos de uma formação ambiental crítica. Os demais cursos não foram encontrados em seus objetivos direcionamentos as questões ambientais e/ou de desenvolvimento sustentável.

4.3 ESTRUTURAS CURRICULARES DOS CURSOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E AFINS

No quadro 2, foram mencionados os cursos, os componentes curriculares, a carga horária e situação, como também a ementa de cada uma das disciplinas que suscitam e/ou podem suscitar a temática ambiental da Instituição “A”. Todas as presentes informações contidas neste quadro foram coletadas diretamente dos PPC’s – Plano Pedagógico dos Cursos, que foram disponibilizados pela respectiva instituição no segundo semestre letivo de 2017.

Quadro 2: Curso de Graduação da Instituição “A” e sua estrutura curricular que contém temática ambiental.

| CURSO | COMPONENTE CURRICULAR | CARGA HORÁRIA E SITUAÇÃO | EMENTA |
|--------------------|------------------------------|---------------------------------|--|
| Administração | Sociologia | <u>72 Horas</u> Obrigatória | A sociologia nas organizações. [...] As organizações e a gestão ambiental. A Temática do Poder e Cultura nas Organizações. [...]. Mudança Organizacional X Cultura Organizacional. |
| Administração | Administração de Produção I | <u>72 Horas</u> Obrigatória | Introdução à Administração de Produção; [...]Segurança, Higiene e Impacto Ambiental; Métodos de produção Industrial; [...]. Os métodos PCP aplicados à prestação de serviços: Controle e Qualidade; Segurança, Higiene e Impacto ambiental; Produtividade na prestação de serviços; Introdução ao custeio de serviços. |
| Administração | Administração de Produção II | <u>72 Horas</u> Obrigatória | Introdução à Administração de Produção; [...]Segurança, Higiene e Impacto Ambiental; Métodos de produção Industrial; [...]. Os métodos PCP aplicados à prestação de serviços: Controle e Qualidade; Segurança, Higiene e Impacto ambiental; Produtividade na prestação de serviços; Introdução ao custeio de serviços. |
| Administração | Gestão Ambiental | <u>36 horas</u> Obrigatória | Conceito de meio ambiente; empresa e meio ambiente; políticas ambientais empresariais; sistemas de gestão ambiental na empresa (SGA); as normas ISO 14000; legislação. |
| Ciências Contábeis | Sociologia | <u>36 horas</u> | A sociologia nas organizações. [...] As organizações e a gestão ambiental. A |

| | | | |
|-------------------------------|-------------------------------------|-------------------------|--|
| | | Obrigatória | Temática do Poder e Cultura nas Organizações. Mudança Organizacional X Cultura Organizacional. Temas Livres. |
| Serviço Social | Oficina de Formação Profissional II | 36 horas Obrigatória | Políticas de educação. Espaços sócio-ocupacionais e funções do Serviço Social junto à educação. A atuação do Serviço Social junto aos processos de responsabilidade social em empresas. Meio ambiente, organização do espaço urbano e movimentos sociais. Processos interventivos do Serviço Social junto à questão ambiental e o planejamento urbano. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Fundamentos em Ecologia | 72 horas Obrigatória | Introdução à ciência da Ecologia. Evolução e ecologia. Vida e ambiente físico. Ecossistemas. Organismos. Populações: fatores que limitam a distribuição e a abundância. Comunidades: organização e metabolismo. Fluxo, energia e ciclos biogeoquímicos. Diagnósticos sobre os problemas ambientais relevantes globais e regionais |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Química Ambiental | 72 horas Obrigatória | Princípios de Química Geral. Metais Pesados Tóxicos. Substâncias químicas contaminantes. Principais grupos de contaminantes ambientais. Reações envolvidas no comportamento ambiental dos contaminantes. Agroquímicos. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Ambientalismo e Movimentos Sociais | 36 horas Obrigatória | Cultura e movimentos sociais. Conflitos sociais, o ambientalismo como movimento social. Características e tendências do ambientalismo no Brasil. Organizações não-governamentais. Teorias sobre movimentos sociais e formas de compreendê-las. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Economia Ambiental | 72 Horas Obrigatória | Valoração dos Recursos Naturais. Principais técnicas de valoração empregadas na análise econômica do meio ambiente. Ambientalismo de mercado. Economia da Poluição. Externalidades. Contabilidade da gestão ambiental. Instrumentos econômicos e gestão ambiental. |
| Tecnólogo em | Legislação Ambiental | 72 horas | A lei da Política Nacional do Meio Ambiente. A legislação ambiental |

| | | | |
|-------------------------------|--|--------------------------------|---|
| Gestão Ambiental | | Obrigatória | brasileira. Sistema Nacional de Meio Ambiente SISNAMA. Política e Sistema Nacional do Meio Ambiente. Resoluções CONAMA. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. As leis ambientais. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Direito Ambiental | <u>72 horas</u> Obrigatória | Fontes e Princípios Constitucionais do Direito Ambiental. Direito ambiental brasileiro. A tutela administrativa e judicial do meio ambiente. Responsabilidade civil e administrativa ambiental. Atuação do Ministério público e do poder judiciário. Preservação ecológica. Direito comparado. O papel do cidadão |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Gestão dos Recursos hídricos | <u>72 horas</u> Obrigatória | Ciclo Hidrológico. Balanço Hídrico. Bacias Hidrográficas. Os recursos hídricos no contexto atual. Estudo das bacias hidrográficas. Coleta de dados hidrológicos. Águas subterrâneas. Sistemas de Gestão dos Recursos hídricos. Bacias hidrográficas. Concessão de direito e uso dos recursos hídricos. Política nacional de recursos hídricos. Legislação e licenciamento em recursos hídricos. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Desenvolvimento Sustentável | <u>72 horas</u> Obrigatória | Desenvolvimento sustentável. Indicadores de sustentabilidade. Responsabilidade social. Projetos sustentáveis. As entidades representativas e o modelo de filantropia empresarial. Os princípios de Governança Corporativa. Experiências de responsabilidade ambiental e social empresarial. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Educação Ambiental | <u>72 horas</u> Obrigatória | Histórico da Educação Ambiental. A Educação Ambiental como forma de resgate da cidadania. Epistemologia das Ciências e da Educação Ambiental. Fundamentos da Educação Ambiental. Pedagogia da Educação. Formação de Educadores. Processos Educativos. Vivências Integradas. Avaliação de Ações em Educação Ambiental. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Avaliação de Impacto Ambiental e Licenciamento Ambiental | <u>72 horas</u> Obrigatória | Conceitos e Procedimentos de AIA. O planejamento e fases da avaliação. Estudos de Impacto Ambiental (EIA). RIMA - Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente. Vantagens, Desvantagens e Recomendações para |

| | | | |
|-------------------------------|---|--------------------------------|--|
| | | | Usos. Licenciamento ambiental como instrumento da Política Ambiental. Atividades a serem licenciadas. As etapas do licenciamento ambiental. Estudos de Casos. Termo de Ajustamento de Conduta em Licenciamento Ambiental. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Agroecologia | <u>36 horas</u> Obrigatória | Papel da agricultura no desenvolvimento e conservação de recursos naturais. Modelos alternativos de agricultura. Princípios ecológicos na agricultura: dinâmica de nutrientes, da água e da energia, biologia do solo, biodiversidade. Base ecológica do manejo de pragas e doenças. Ecologia do manejo de ervas daninhas. A ciclagem de nutrientes no agroecossistema através de adubação verde e da compostagem. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Gestão de Resíduos Sólidos | <u>72 horas</u> Obrigatória | A sociedade de consumo e a produção de resíduos. Caracterização dos Resíduos Urbanos e Industriais. Gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos (RSU). Gerenciamento de resíduos sólidos industriais (RSI). Gerenciamento de resíduos sanitários (RSS). Gerenciamento de resíduos rurais (RSR). Legislação e licenciamento na disposição de resíduos. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Sistema de Gestão Ambiental Empresarial (SGA) | <u>72 horas</u> Obrigatória | SGA. Razões e benefícios da adoção do SGA. Diretrizes e princípios do SGA. Estratégias e métodos de implantação de SGA. Etapas de implantação do SGA. As normas de um SGA. Tendências atuais de gestão ambiental. Estudos de casos de programas de SGA. Integração com outros sistemas de gestão. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Uso e Conservação do Solo | <u>72 horas</u> Obrigatória | Formação do solo propriedades e matéria orgânica. Organismos do solo. Fatores e mecanismos da erosão. Planejamento conservacionista e potencial de uso dos solos. Manejo do solo e a sustentabilidade agrícola. Indicadores de qualidade do solo. Utilização do solo como destino final de resíduos orgânicos. Manejo sustentável de microbacias. Práticas conservacionistas. Sistemas de cultivo. |

| | | | |
|-------------------------------|---|--------------------------------|--|
| | | | Legislação e licenciamento no parcelamento e uso do solo. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Tópicos Especiais em Gestão Ambiental Rural | <u>36 horas</u> Obrigatória | Visitas orientadas às empresas ou instituições de pesquisa, públicas ou privadas, visando propiciar ao aluno uma vivência e contato com o planejamento e gestão da questão ambiental, bem como, palestras a serem realizadas por profissionais sobre temas ambientais e/ou seminários que visem debater temas ambientais. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Silvicultura | <u>36 horas</u> Optativa | Caracterização e histórico da exploração das florestas regionais. A floresta, sua importância e influência no meio ambiente. Princípios ecológicos de dendrologia. Formação de povoamentos florestais. Manejo e regeneração da floresta. Viveiros florestais. Preservação dos recursos naturais renováveis e noções sobre política e legislação florestal brasileira. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Ecoturismo | <u>72 horas</u> Obrigatória | O turismo voltado para a natureza. Políticas e programas públicos para este segmento. Atividades turísticas em espaços naturais: áreas protegidas (parques, APAs, etc.), grutas, montanhas, rios e lagos. Planejamento de atividades e elaboração de projetos em espaços naturais. Gerenciamento de empreendimentos turísticos em espaços naturais. Marketing e comercialização dos produtos turísticos em espaços naturais. Política nacional do ecoturismo. Impactos do ecoturismo. Ética no ecoturismo. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Saneamento Ambiental | <u>72 horas</u> Obrigatória | Saneamento Ambiental; Abastecimento de Água; Disposição dos esgotos sem transporte hídrico. Disposição dos esgotos com transporte hídrico; Controle de vetores. Saneamento dos Alimentos. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Projetos Ambientais | <u>72 horas</u> Obrigatória | Implantação e gerenciamento de projetos. Avaliação de projetos ambientais. Sistematização e Integração de Dados. Acompanhamento do Projeto - Cronograma de Execução, Cronograma Financeiro. Agências Financiadoras. Estudos de caso e prática de campo. Busca de fomento e alocação de |

| | | | |
|-------------------------------|--|--------------------------------|--|
| | | | recursos dirigidos a projetos ambientais. Fundos e Programas de Financiamento. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Auditoria e Certificação Ambiental | <u>72 horas</u> Obrigatória | Normas e definições da auditoria ambiental. Diretrizes para Auditoria Ambiental. Procedimentos de Auditoria de um SGA. Sistema de certificação ambiental. Principais certificadores ambientais. Normas da certificação ambiental. Usos e benefícios da Certificação Ambiental. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Agro Energia | <u>72 horas</u> Obrigatória | Estatísticas de consumo de energia. Aquecimento Global X queima de combustíveis fósseis. Poluição Ambiental e a Questão Energética. Evolução do consumo energético e impactos ambientais. Fontes renováveis de energia. Indicadores de sustentabilidade para a bioenergia. Agroenergia e impactos ambientais. [...]Produção de biomassa em ecossistemas agropecuários: subprodutos e resíduos. Óleo vegetal, álcool e biodiesel. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Tópicos Especiais em Gestão Ambiental Urbana | <u>36 horas</u> Obrigatória | Esta disciplina será constituída de visitas orientadas às empresas ou instituições de pesquisa, pública ou privada, visando propiciar ao aluno uma vivência e contato com o planejamento e gestão da questão ambiental, bem como palestras a serem realizadas por profissionais de reconhecida competência sobre temas ambientais e ou seminários que visem debater temas ambientais. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Marketing Ambiental | <u>36 horas</u> Obrigatória | Emergência do Mercado Ambiental. Competitividade e meio ambiente. Restrições ambientais e o comércio internacional. O contexto do Marketing Ambiental. Certificações Voluntárias e Mercados Verdes. Ecobusiness e o sistema de soluções ambientais. Marketing Verde e Estratégia. Estudos de caso. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Políticas Públicas e Meio Ambiente | <u>36 horas</u> Obrigatória | Origem do Estado e Administração Pública. A nova Gestão Pública. A redefinição do papel do Estado. Instrumentos gerenciais contemporâneos. Atuação municipal no controle ambiental. Municipalização do |

| | | | |
|-------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|---|
| | | | meio ambiente. Vantagens. Ônus Desenvolvimento de COMDEMA's. Agenda 21 Local. Plano Diretor e Estatuto da Cidade como ferramentas de gestão ambiental. Ações conjuntas do Estado e sociedade. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Mecanismo de Desenvolvimento Limpo | 36 horas <hr/> Optativa | A Convenção Quadro sobre Mudança do Clima, o Protocolo de Quioto e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Requisitos de Elegibilidade para Projetos de MDL no Brasil. O potencial agrícola brasileiro para a implementação de MDLs. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Perícia Ambiental | 36 horas <hr/> Obrigatória | Elaboração e redação de laudos, relatórios e avaliações. Análise de avaliações judiciais e técnicas. Perícias e processos judiciais. Jurisdição, ação e processo. Importância e admissibilidade da perícia ambiental. Direitos e deveres processuais dos peritos e assistentes técnicos. Aplicações técnicas em perícia ambiental. |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Produção mais Limpa e Ecodesign | 36 horas <hr/> Obrigatória | Fundamentos de tecnologias limpas e produção mais limpa. Métodos e técnicas de implementação de produção limpa. Experiências práticas de sucesso com tecnologias limpas. Emissão zero. Logística reversa. Design e desenvolvimento de produto. Ecodesign e ciclo de vida do produto. Indicadores de desempenho |
| Tecnólogo em Gestão Ambiental | Recuperação de Áreas Degradadas | 36 horas <hr/> Obrigatória | Conceitos relativos à recuperação ambiental. Diagnósticos ambientais. Desenvolvimento de modelos de recuperação de áreas degradadas. Elaboração e avaliação de PRAD – Plano de Recuperação de áreas degradadas. Estrutura de apoio para implantação de projetos e Programas de Recuperação. Características e importância da vegetação ciliar. Estudos de caso. |

Fonte: Adaptado de FACEOPAR. Projeto Pedagógico do Curso de Administração, 2013b. FACEOPAR. Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis, 2013a. FACEOPAR. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, 2017. FACEOPAR. Projeto Pedagógico do Curso de Tecnólogo em Gestão Ambiental, 2015.

Conforme exposto no quadro 2, a instituição “A” possui quatro cursos que contém disciplinas que abordam a temática ambiental. No curso de Administração, são quatro

disciplinas em questão, sendo elas: “Sociologia”, “Administração de Produção I”, “Administração de Produção II” e “Gestão Ambiental”. Todas as disciplinas são de caráter obrigatório, correspondendo a 8,23% da carga horária total do curso. O curso de Ciências Contábeis, possui somente uma disciplina de caráter obrigatório abordando a temática, sendo denominada de “Sociologia”. Esta disciplina corresponde a 1,19% da carga horária total do curso. O curso de Serviço Social aborda somente em uma disciplina a temática, essa disciplina é de caráter obrigatório e representa somente 1,09% da carga horária total deste curso. Sobre o curso Tecnólogo em Gestão Ambiental, este possui vinte e nove disciplinas que abordam a temática ambiental, destas, duas são de caráter optativo. As disciplinas com a temática correspondem a 91,49% do total da carga horária do curso.

De acordo com o ementário dos cursos da instituição “A”, é possível verificar uma pequena presença de disciplinas que abordam o tema ambiental na maioria de seus cursos, em que somente o curso Tecnólogo em Gestão Ambiental traz uma grande abordagem das questões ambientais em seu currículo.

O quadro 3, é apresentado o único curso da instituição “B” que faz parte desta pesquisa. O quadro apresenta a seguinte estrutura: nome do curso, o componente curricular, a carga horária e situação, como também a ementa de cada disciplina. Todas as informações contidas no quadro foram disponibilizadas pela respectiva instituição por meio dos Planos Pedagógicos dos Cursos – PPC’s no segundo semestre letivo de 2017. O respectivo curso possui duas matrizes curriculares, a do ano de 2012 e do ano de 2015.

Quadro 3: Curso de Graduação da Instituição “B” e sua estrutura curricular que contém temática ambiental.

| CURSO | COMPONENTE CURRICULAR | CARGA HORÁRIA E SITUAÇÃO | EMENTA |
|---------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------|--|
| Ciências Econômicas Matriz/2012 | Meio Ambiente, Economia e Sociedade | 60 horas Obrigatória | Modos de produção e consumo. Noções de economia política. Relação entre ambiente e sociedade: agroecologia, sustentabilidade, agricultura familiar, cooperativismo, associativismo. Sociedade civil e a questão ambiental. |
| Ciências Econômicas Matriz/2012 | Responsabilidade Socioambiental | 30 horas Obrigatória | Fundamentos da responsabilidade social: responsabilidade, obrigação e sensibilidade social. [...] O meio ambiente. Poluição. Gestão de resíduos. Reciclagem. Sustentabilidade. Passivo ambiental. Impacto ambiental. Gestão Ambiental. Normas ISO E NBR, |

| | | | |
|---------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|---|
| | | | ambiental e de responsabilidade social. Projeto de responsabilidade socioambiental: diagnóstico, planejamento estratégico de RSE. Tópicos Avançados em Gestão Socioambiental. |
| Ciências Econômicas Matriz/2012 | Realidade do Campo Brasileiro | 60 horas <hr/> Obrigatória | O papel do “campo” na dinâmica da sociedade brasileira. Aspectos epistemológicos da análise da realidade. Agricultura brasileira: diversidade socioeconômica e conflitos sociais. Processos fundamentais do desenvolvimento rural. Sustentabilidade do desenvolvimento rural. Diversidade regional do desenvolvimento rural no Brasil e na Fronteira Sul |
| Ciências Econômicas Matriz/2012 | História da Agricultura | 30 horas <hr/> Obrigatória | Evolução e diferenciação dos sistemas sociais e agrários na agricultura mundial. As mudanças na agricultura e suas condições de desenvolvimento em diferentes sistemas sociais e agrários. A agricultura em diferentes regiões do mundo e sua evolução. A agricultura nos países socialistas e as experiências coletivistas de agricultura (México, Israel e Iugoslávia).[...]. A revolução da engenharia genética e da agricultura de precisão. O lugar da agroecologia no futuro da agricultura. Questões centrais acerca do debate sobre o futuro da agricultura. |
| Ciências Econômicas Matriz/2012 | Agroecossistemas | 60 horas <hr/> Obrigatória | O sistema solo-planta/animal-atmosfera. Ecofisiologia vegetal e composição do rendimento. Princípios de manejo das principais plantas de lavoura. Fundamentos da produção de frutas e hortaliças. Fundamentos de bovinocultura de leite e de corte, ovinocultura, suinocultura e avicultura. Evolução das formas de manejo dos agroecossistemas ao longo da história da agricultura brasileira. As diferentes concepções sobre as técnicas aplicadas à produção agrícola. Princípios de manejo agroecológico. Sustentabilidade da agricultura. As bases teórico-filosóficas da agroecologia. Bases técnicas da agroecologia. A transição agroecológica. Leitura da paisagem e zoneamento agroecológico. |

| | | | |
|---------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------|--|
| Ciências Econômicas Matriz/2012 | Fundamentos da Gestão Agroindustrial | 30 horas <hr/> Obrigatória | Aspectos introdutórios aos temas: Cadeias Produtivas Agroindustriais e Arranjos Produtivos Locais. Agroindústria: conceitos e dimensões. Marketing aplicado a agroindústrias. Gestão do comércio de alimentos – particularidades. Planejamento e controle da produção. Sistemas de apuração de custos. Gestão de Recursos Humanos. Gestão da qualidade na agroindústria. Rastreabilidade. Barreiras a entradas. Projeto de instalações agroindustriais: Metodologia do Projeto da Fábrica. Dimensionamento dos Fatores da Produção. Construção do "Layout" Industrial. Ergonomia e Segurança das Instalações Industriais. Planejamento do fornecimento da matéria prima agroindustrial. Desenvolvimento agrícola sustentável. Agroindústrias cooperativas. Legislação sanitária e ambiental para agroindústrias. |
| Ciências Econômicas Matriz/2012 | Teoria Cooperativista | 60 horas <hr/> Obrigatória | Bases doutrinárias da cooperação e do cooperativismo. Fundamentos filosóficos da cooperação. As formas primitivas e tradicionais de ajuda mútua. Surgimento do cooperativismo moderno. Contribuições dos socialistas utópicos para o pensamento cooperativo. Crise do capitalismo e emergência da economia solidária. Cooperação e desenvolvimento. Experiências históricas e contemporâneas. Economia solidária, cooperação e autogestão. Democracia econômica e desenvolvimento solidário. Experiências cooperativas no Brasil e no mundo. |
| Ciências Econômicas Matriz/2012 | Economia Agrícola | 30 horas <hr/> Obrigatória | Teses do desenvolvimento e papel da agricultura. Progresso técnico na agricultura brasileira. Formação dos Complexos Agroindustriais (CAI's). A dependência do capital financeiro. A função do Estado na modernização e na sustentabilidade da agricultura. Políticas Públicas (Econômicas e Sociais) para a agricultura. Instrumentos de Política Agrícola. O setor agrícola no processo inflacionário. |
| Ciências Econômicas | Administração de Produção | 60 horas <hr/> | Aspectos histórico/evolutivos. Administração da produção e seus |

| | | | |
|---------------------------------|--|--------------------------------|---|
| Matriz/2012 | | Obrigatória | aspectos gerenciais e táticos: conceitos básicos. Planejamento estratégico/tático na indústria. Sistemas de produção. Arranjo físico e estudo de localização [...] Qualidade na indústria. Padronização e sistemas ISO na Indústria. Aspectos estatísticos básicos. Consciência sócio-ambiental. Produção na pequena e média indústria. Projetos. [...] Tópicos Avançados em Administração da Produção. |
| Ciências Econômicas Matriz/2012 | Planejamento do Desenvolvimento Regional | <u>30 horas</u> Obrigatória | Conceitos básicos sobre desenvolvimento econômico, planejamento governamental e política regional. [...] O processo de ocupação, urbanização e a gênese da rede urbana no Brasil; a mobilidade; o conceito de planejamento e a gestão municipal: o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01); planos diretores para cidades de diferentes portes. Plano Diretor de desenvolvimento territorial. Método para elaboração de planos diretores. |
| Ciências Econômicas Matriz/2012 | Economia da Cooperação | <u>60 horas</u> Obrigatória | Fundamentos econômicos da cooperação. O cooperativismo visto pelos clássicos da economia. Capital social, instituições e cooperação. [...] A comercialização solidária: comércio justo, certificação social e ambiental, consumo responsável e a construção dos mercados alternativos. [...]. Tipologia de cooperativas. |
| Ciências Econômicas Matriz/2012 | Administração e Análise de Projetos | <u>60 horas</u> Obrigatória | Conceituação e classificação de projetos. Etapas na elaboração de projetos. Estrutura do projeto. [...]. Análise de projetos. Análise de risco e viabilidade. Relação com o meio ambiente. Gestão da implantação de projetos. [...] . Introdução a softwares em projetos. |
| Ciências Econômicas Matriz/2012 | Desenvolvimento Rural | <u>30 horas</u> Obrigatória | O conceito de desenvolvimento e sua evolução histórica. Desenvolvimento capitalista: o progresso técnico e o meio rural. A questão agrária no Brasil: revisão histórica da discussão Diferenças entre desenvolvimento rural, agrário e agrícola. O debate teórico sobre a agricultura familiar e interpretações recentes: industrialização e a “urbanização” da agricultura brasileira; [...] O debate sobre a ruralidade. A intervenção do Estado na agricultura. Os atores do desenvolvimento |

| | | | |
|---------------------------------|---|-------------------------|---|
| | | | rural. Análise das mudanças nas estruturas fundiária e produtiva. |
| Ciências Econômicas Matriz/2012 | Diagnóstico e Gestão de Unidades de Produção Agrícola | 60 horas Obrigatória | Diagnóstico rápido participativo de unidades de produção e vida familiar. Planejamento de sistemas agroecológicos. Especificidades da gestão em unidades de produção e vida familiar: estratégia e planejamento da produção e a gestão das variações na demanda de trabalho. Tópicos de gestão financeira. Visão sistêmica da unidade produtiva; noções de comunicação rural. Principais teorias de administração na gestão do empreendimento rural. Problemas típicos de decisão em empreendimentos agropecuários. |
| Ciências Econômicas Matriz/2012 | Agroecossistemas II | 60 horas Optativa | Princípios de manejo das principais plantas de lavoura. Fundamentos da produção de frutas e hortaliças. Fundamentos de bovinocultura de leite e de corte, ovinocultura, suinocultura e avicultura. Evolução das formas de manejo dos agroecossistemas ao longo da história da agricultura brasileira. As diferentes concepções sobre as técnicas aplicadas à produção agrícola. Princípios de manejo agroecológico. Sustentabilidade da agricultura. As bases teórico-filosóficas da agroecologia. Bases técnicas da agroecologia. A transição agroecológica; |
| Ciências Econômicas Matriz/2015 | História do Pensamento Econômico | 60 horas Obrigatória | As primeiras tentativas de interpretação do funcionamento do sistema econômico. As origens da Economia Política Clássica. Conceitos básicos das escolas clássica, marxista, neoclássica e keynesiana. As teorias sobre as crises conjunturais do sistema capitalista. A crítica das escolas monetarista, dos novos clássicos e dos novos Keynesianos à teoria keynesiana. Globalização, neoliberalismo e a emergência do “paradigma ambiental” no debate sobre o desenvolvimento econômico. |
| Ciências Econômicas Matriz/2015 | Contabilidade Social | 60 horas Obrigatória | Objetivos e conceitos introdutórios. Relações entre a teoria econômica e a contabilidade social. Principais instrumentos de aferição dos processos econômicos. Referencial teórico-metodológico utilizado nos Sistemas de |

| | | | |
|---------------------------------|--------------------------|--------------------------------|--|
| | | | Contas Nacionais. As Contas Nacionais do Brasil. O Modelo de Insumo-Produto. Balanço de Pagamentos. Outros Indicadores Macroeconômicos, sociais, ambientais e os problemas de mensuração. Crescimento e desenvolvimento econômico. Deflatores e números-índices. Contabilidade Ambiental. |
| Ciências Econômicas Matriz/2015 | Economia e Meio Ambiente | <u>30 horas</u> Obrigatória | As diferentes visões: Economia Ecológica e Economia Ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Modelos de desenvolvimento e crise ambiental. Modelando os problemas ambientais e as falhas de mercado. Externalidades. Políticas ambientais no Brasil. Valoração ambiental. Decrescimento. |
| Ciências Econômicas Matriz/2015 | Teoria Cooperativista | <u>60 horas</u> Obrigatória | Formas primitivas e tradicionais de cooperação. Bases doutrinárias e filosóficas do cooperativismo. Surgimento do cooperativismo moderno. Experiências cooperativas no Brasil e no mundo: lições, desafios e significado socioeconômico. A emergência da economia solidária. Experiências históricas e contemporâneas. Potencialidades e limites da Economia solidária. |
| Ciências Econômicas Matriz/2015 | Agroecologia | <u>30 horas</u> Obrigatória | Análise de aspectos ecológicos, culturais, sociais e econômicos dos sistemas de produção agrícola. Contribuição da agroecologia para a produção suficiente e sustentável de alimentos. Formas de agricultura e desenvolvimento rural sustentável. Construção de referências agroecológicas em vista do conhecimento e utilização pelos agricultores familiares. |
| Ciências Econômicas Matriz/2015 | Economia da Cooperação | <u>60 horas</u> Obrigatória | A cooperação como fenômeno econômico. O cooperativismo visto pelos clássicos da economia. Competitividade e cooperação. Tipologia de cooperativas. Aspectos econômicos da construção da economia solidária no Brasil. O papel da comercialização solidária e as redes de colaboração na construção da viabilidade econômica das cooperativas e dos empreendimentos solidários. Formas de comercialização solidária: comércio justo, certificação social e ambiental, |

| | | | |
|---------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------|--|
| | | | consumo responsável e a construção dos mercados alternativos. |
| Ciências Econômicas Matriz/2015 | Administração e Análise de Projetos | <u>60 horas</u> Obrigatória | Conceituação e classificação de projetos. Etapas na elaboração de projetos. Estrutura do projeto. Fundamentos da Gestão de Projetos. Gerenciamento de “Stakeholders”. Prazos, qualidade, escopo, custos, recursos humanos, recursos materiais em projetos. Avaliação social de projetos. Análise de projetos. Análise de risco e viabilidade. Relação com o meio ambiente. Gestão da implantação de projetos. Tópicos avançados em Gestão de Projetos. Tecnologia em projetos. Introdução a softwares em projetos. |
| Ciências Econômicas Matriz/2015 | Responsabilidade Socioambiental | <u>30 horas</u> Obrigatória | Fundamentos da responsabilidade social: responsabilidade, obrigação e sensibilidade social. Marketing social. Voluntariado. Terceiro Setor. Filantropia. Balanço social. Sustentabilidade. Gestão social. O meio ambiente. Poluição. Gestão de resíduos. Reciclagem. Sustentabilidade. Passivo ambiental. Impacto ambiental. Gestão ambiental. Normas ISO E NBR, ambiental e de responsabilidade social. Projeto de responsabilidade socioambiental: diagnóstico, planejamento estratégico de RSE. Tópicos Avançados em Gestão Socioambiental. |
| Ciências Econômicas Matriz/2015 | Economia e Política Agrícola | <u>30 horas</u> Obrigatória | O papel da agricultura no desenvolvimento. Progresso técnico na agricultura brasileira. Formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs). A dependência do capital financeiro. A agricultura familiar. A função do Estado na modernização e na sustentabilidade da agricultura. Políticas públicas (econômicas e sociais) para a agricultura. Instrumentos de Política agrícola |
| Ciências Econômicas Matriz/2015 | Desenvolvimento Rural | <u>60 horas</u> Obrigatória | A questão agrária no Brasil: revisão histórica da discussão. Diferenças entre desenvolvimento rural, agrário e agrícola. O debate sobre a ruralidade. A intervenção do Estado na agricultura. Os atores do desenvolvimento rural. O debate teórico sobre a agricultura familiar e interpretações recentes: industrialização e ‘urbanização’ da agricultura familiar. |

| | | | |
|---------------------------------|--|-------------------------------|---|
| | | | Envelhecimento e masculinização da população rural brasileira. A pluriatividade e a multifuncionalidade da agricultura. Diversidade regional do desenvolvimento rural no Brasil e na Fronteira Sul. |
| Ciências Econômicas Matriz/2015 | Planejamento do Desenvolvimento Regional | 60 horas <hr/> Obrigatória | Conceituação de desenvolvimento econômico, planejamento governamental e política regional. As disparidades regionais no Brasil: caracterização do problema, fatores causais e políticas compensatórias. Instrumentos e agentes do desenvolvimento regional; políticas públicas e desenvolvimento regional. Origem e evolução das experiências de planejamento regional e local. Principais vertentes teóricas sobre a problemática do planejamento: planejamento, desenvolvimento e território. Planejamento municipal. O processo de ocupação, urbanização e a gênese da rede urbana no Brasil; a mobilidade; o conceito de planejamento e a gestão municipal: o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01). Planos diretores para cidades de diferentes portes. Plano Diretor de desenvolvimento territorial. |

Fonte: Adaptado de UFFS. Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas,2012. UFFS. Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas,2015.

A ementa do curso de Ciências Econômicas mostra que há uma presença considerável de disciplinas que abordam a temática ambiental. Em sua matriz curricular de 2012, o curso consta com 21,05% de disciplinas que abordam e/ou podem abordar o respectivo tema. Por sua vez, em sua nova matriz curricular do ano de 2015 é possível afirmar que houve uma diminuição na carga horária geral de disciplinas que abordam o tema ambiental, representando 16,36% da carga horária voltada para disciplinas. Algumas modificações podem ser verificadas a partir das seguintes informações: Na matriz de 2012, a disciplina de “Meio Ambiente, Economia e Sociedade” possui uma carga horária de 60 horas, por sua vez, na matriz de 2015 a disciplina foi substituída por “Economia e Meio Ambiente”, constando apenas 30 horas de carga horária. Outras cinco disciplinas presentes na matriz de 2012 não estão mais disponíveis na matriz de 2015, que são: “Agroecossistemas”; “Agroecossistemas 2”; “Realidade do Campo Brasileiro”; “História da Agricultura” e “Fundamentos da Gestão Agroindustrial”.

Em contrapartida, em sua nova matriz curricular de 2015, o curso disponibiliza duas novas disciplinas, denominadas: “História do Pensamento Econômico” e “Agroecologia” que

abordam a temática ambiental. Além disto, duas disciplinas obtiveram um aumento em sua carga horária, em que “Planejamento do Desenvolvimento Regional” e “Desenvolvimento Rural” passaram da carga horária de 30 horas, para a carga de 60 horas. É importante mencionar que, em sua matriz de 2012, o curso abrange uma disciplina optativa com a temática ambiental, diferentemente da matriz de 2015, em que todas as disciplinas são de caráter obrigatório. Mesmo havendo mudanças, a matriz de 2012 (ainda com turma presentes no curso) é a que ainda mais contínua com disciplinas voltadas ao tema ambiental.

A seguir, o quadro 4 é apresentado pelo único curso da instituição “C” que faz parte desta pesquisa. O quadro apresenta a seguinte estrutura: nome do curso, o componente curricular, a carga horária e situação, como também a ementa de cada disciplina. Todas as informações contidas no quadro foram coletadas por meio da ementa e grade curricular da respectiva instituição no segundo semestre letivo de 2017.

Quadro 4: Curso de Graduação da Instituição “C” e sua estrutura curricular que contém temática ambiental.

| CURSO | COMPONENTE CURRICULAR | CARGA HORÁRIA E SITUAÇÃO | EMENTA |
|------------------------|---|---------------------------------|---|
| Secretariado Executivo | Assessoria Executiva em Projetos Sociais e Culturais | 102 horas Optativa | As áreas interdisciplinares da Assessoria Executiva. Fundamentos de Programas Sociais, Culturais, Ambientais e Políticos. O trabalho do secretário em programas sócio-culturais. O papel das assessorias executivas nos movimentos sociais e na gestão ambiental. As assessorias executivas na educação popular e nos trabalhos de campo. |
| Secretariado Executivo | Fundamentos da Responsabilidade Social e Profissional em Secretariado Executivo | 102 horas Obrigatória | Fundamentos de Responsabilidade Social aplicados à profissão. A responsabilidade social do Secretário na esfera pública e privada. A importância da Ética para o profissional de Secretariado. Código de Ética profissional do Secretariado Executivo. Estudo dos Conceitos Fundamentais de Ética e Conduta Profissional. Questões étnicas e multiculturais na profissão de Secretariado. |

Fonte: Adaptado de UNICENTRO. Ementário das Disciplinas do Curso de Secretariado Executivo, 2009.

O curso de Secretariado Executivo da instituição “C” possui 7,14 % da carga total de horas do curso em que pode ser abordada o tema ambiental. Uma das disciplinas é de caráter

optativo e a outra como obrigatória, este curso apresenta uma pequena quantidade de disciplinas que podem ser apresentadas a temática ambiental para a formação dos profissionais desta área/curso.

No seguinte quadro, estão apresentados os cursos da instituição “D” que faz parte desta pesquisa. O quadro apresenta a seguinte estrutura: nome do curso, o componente curricular, a carga horária e situação, como também a ementa de cada disciplina. Todas as informações contidas no quadro foram coletadas do Plano Pedagógico dos cursos – PPC’s da respectiva instituição no segundo semestre letivo de 2017.

Quadro 5: Cursos técnicos da Instituição “D” e sua estrutura curricular que contém temática ambiental.

| CURSO | COMPONENTE CURRICULAR | CARGA HORÁRIA E SITUAÇÃO | EMENTA |
|--------------------------|------------------------------------|---------------------------------|--|
| Técnico em Agronegócio | Legislação Aplicada ao Agronegócio | 67 horas Obrigatória | Conhecimento da legislação aplicada à gestão agropecuária. Entre os conteúdos estão: Legislação ambiental; Zoneamento ambiental; dano Ecológico: responsabilidade, reparação e meios processuais para defesa ambiental; aspectos Jurídicos da Poluição das Áreas de Preservação Permanente, da flora, da fauna e da proteção da zona costeira; entre outros. |
| Técnico em Contabilidade | Ética Geral e Comercial | 33 horas Obrigatória | Estudo da ética em suas principais abordagens, bem como, disseminá-la, principalmente no convívio social, empresarial e profissional. |

Fonte: Adaptado de CEEP. Projeto Político Pedagógico, 2016.

Conforme é mostrado no Quadro 5, tanto o curso Técnico em Contabilidade como o curso Técnico em Agronegócio possuem uma disciplina que aborda a temática ambiental. O curso Técnico em Agronegócio consta com uma carga horária total de 1250 horas, sendo que somente 67 horas ou 5,36% da carga horária do curso está direcionada para a temática ambiental. O curso Técnico em Contabilidade também possui uma pequena quantidade de carga horária, de um total de 833 horas, somente 33 horas ou 3,96% da carga horária do curso está direcionada para esta abordagem ambiental. Em ambos os cursos, as disciplinas mencionadas são de caráter obrigatório.

As informações coletadas, ocorreram conforme análise documental, e mostram que não há grande diversidade de disciplinas que suscitam e/ou podem suscitar o tema ambiental em seis cursos pesquisados, sendo eles: Administração, Ciências Contábeis, Serviço Social, Secretariado Executivo, Técnico em Contabilidade e Técnico em Agronegócio.

No curso de Ciências Econômicas, este apresenta uma carga horária considerável de disciplinas, em que a cada semestre uma matéria pode ser direcionada para abordar o tema, permitindo uma interligação entre elas. No curso Tecnólogo em Gestão Ambiental, é possível afirmar que o propósito do curso está direcionado a sustentabilidade, em que suas disciplinas de maneira geral direcionam-se ao temas ambientais e práticas que ensinam a importância da ética, economia, política, meio ambiente e cultura.

De acordo com as informações disponibilizadas, há semelhanças entre o objetivo de cada curso com o que apresenta a estrutura curricular, pois somente os dois cursos que mencionaram ter o objetivo de “sustentabilidade ambiental” e “desenvolvimento sustentável” apresentaram uma quantidade maior de disciplinas abordando os temas ambientais, sendo o de Ciências Econômicas e Tecnólogo em Gestão Ambiental.

Conforme Loureiro (2004), Educação Ambiental é uma perspectiva presente na educação, formada por tendências pedagógicas e ambientais, que têm o “ambiente” e a “natureza” como categorias centrais e identitárias do respectivo assunto. Por este motivo, foram selecionadas as disciplinas que suscitam e/ou podem suscitar as questões ambientais mencionadas, por justamente ser o pilar central para promoção deste assunto nas instituições de ensino. Esta observação, complementa as palavras de Farias (2008) afirmando que são as estruturas curriculares que direcionam as propostas e objetivos dos cursos. Assim, foi possível verificar em cada curso pesquisado, a dimensão da presença de disciplinas que abordam temas ambientais para a possível formação de práticas pedagógicas que podem ser direcionadas a educação ambiental.

4.4 A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO QUE TANGE À EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

A seguir estão caracterizados os docentes que ministram disciplinas que abordam a temática ambiental e a percepção destes em relação as práticas pedagógicas no que tange a educação ambiental e práticas sustentáveis

4.4.1 Caracterização dos Docentes participantes da pesquisa

Para uma melhor análise da caracterização dos docentes participantes da pesquisa, foi elaborado um quadro com informações referentes ao curso no qual os docentes lecionam, a disciplina que ministra neste curso, a titulação do docente e o tempo de trajetória acadêmica. A identificação que consta na primeira coluna do Quadro 6 denominada “DOCENTES” será utilizada na descrição das informações obtidas nas entrevistas com os docentes.

Quadro 6: Caracterização dos docentes participantes do estudo de caso.

| DOCENTE | CURSO | DISCIPLINA | TITULAÇÃO | TEMPO DE DOCÊNCIA ACADÊMICA |
|----------------|--------------------------|--|---------------------|------------------------------------|
| D1 | Técnico em Agronegócio | Legislação Aplicada ao Agronegócio | Superior Incompleto | 5 meses |
| D2 | Técnico em Contabilidade | Ética Geral e Comercial | Especialista | 2 anos |
| D3 | Ciências Econômicas | -Teoria Cooperativista; -Economia Agrícola; - Planejamento do Desenvolvimento Regional; - Desenvolvimento Rural; -Meio Ambiente, Economia e Sociedade. | Graduado | 2 anos |
| D4 | Ciências Econômicas | Administração e Análise de Projetos | Mestre | 24 anos |
| D5 | Ciências Econômicas | Responsabilidade Socioambiental | Mestre | 7 anos |
| D6 | Ciências Econômicas | Realidade do Campo Brasileiro | Mestre | 20 anos |
| D7 | Ciências Econômicas | -História da Agricultura | Mestre | 8 anos |

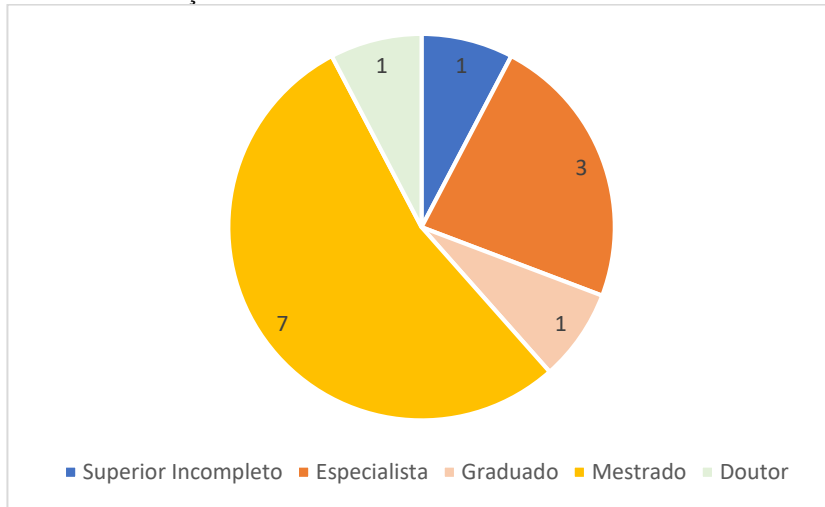
| | | | | |
|-----|-------------------------------|---|--------------|---------------|
| | | -História do Pensamento Econômico | | |
| D8 | Ciências Econômicas | - Agroecossistemas ; - Agroecossistemas II; - Agroecologia. | Doutor | 7 anos e meio |
| D9 | Ciências Econômicas | -Contabilidade Social; -Meio ambiente e economia. | Mestre | 7 anos |
| D10 | Ciências Econômicas | -Administração de Produção; -Fundamentos da Gestão Agroindustrial; | Especialista | 15 anos |
| D11 | Tecnólogo em Gestão Ambiental | -Avaliação de Impacto Ambiental e Licenciamento Ambiental; -Gestão de Resíduos Sólidos; -Saneamento Ambiental. | Mestre | 1 ano e meio |
| D12 | Tecnólogo em Gestão Ambiental | -Fundamentos em Ecologia; -Ambientalismo e Movimentos Sociais; - Desenvolvimento Sustentável; -Educação Ambiental; -Sistema de Gestão Ambiental | Mestre | 12 anos |

| | | | | |
|-----|-------------------------------|---|--------------|--------------|
| | | Empresarial (SGA); -Uso e Conservação do Solo; -Tópicos Especiais em Gestão Ambiental Rural; -Tópicos Especiais em Gestão Ambiental Urbana; -Recuperação de Áreas Degradadas. | | |
| D13 | Tecnólogo em Gestão Ambiental | - Legislação Ambiental; - Direito Ambiental. | Especialista | 1 ano e meio |
| D14 | Administração | -Gestão Ambiental. | Mestre | 12 anos |
| D15 | Administração | -Administração de Produção I; -Administração de Produção II. | Especialista | 15 anos |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Conforme exposto no quadro 6, são caracterizados quinze docentes, destes quinze, representam as mesmas pessoas os docentes D10/D15 e D12/D14, pois lecionam e/ou lecionavam em cursos distintos, justificando, portanto, a separação destes na apresentação do quadro e totalizando a participação de treze sujeitos para as entrevistas. No gráfico 1, é apresentada a titulação de todos os participantes da pesquisa:

Gráfico 1: Titulação dos Docentes Entrevistados



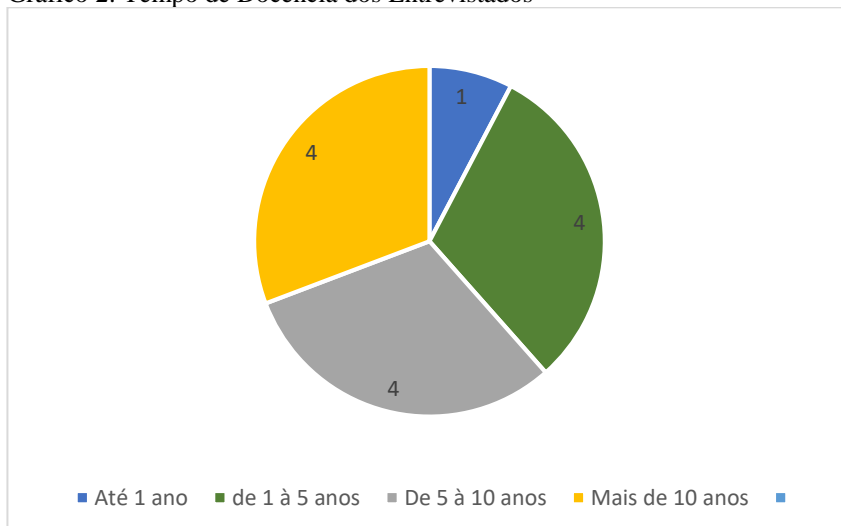
Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo autor, 2017.

Mediante as informações fornecidas no gráfico 1, dos treze entrevistados, um no momento possui superior incompleto, três são especialistas, um é graduado, sete possuem mestrado e um é doutor.

Um fato a ser destacado é que três entrevistados mencionaram ser estudantes atualmente de doutorado e um de mestrado, indicando que há uma busca maior por conhecimentos e qualificação profissional além da graduação por parte dos docentes.

No gráfico 2, é apresentado o tempo de carreira acadêmica que os entrevistados possuem, sendo divididas por escalas de tempo.

Gráfico 2: Tempo de Docência dos Entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelo autor, 2017.

Acerca do tempo de carreira, entre os treze sujeitos entrevistados, um possui até um ano de docência, quatro atuam de 1 à 5 anos como docentes, quatro atuam de 5 à 10 anos como

docentes e quatro atuam a mais de 10 anos como professores. O gráfico 2 mostra que há um equilíbrio entre os períodos de experiência relatado entre os docentes, sendo que somente um destes está iniciando sua carreira como professor.

Visto que uma parte desta pesquisa esteve relacionada a entrevistas com docentes que lecionam disciplinas que suscitam e/ou podem suscitar a temática ambiental, o trabalho delimitou-se à localização e disponibilidade dos sujeitos entrevistados. Os cursos de Ciências Contábeis e Serviço Social não tiveram participantes no estudo de caso pelo motivo destes não possuírem mais vínculo empregatício com a instituição, o que acarretou na dificuldade de localização dos mesmos. No curso de Secretariado Executivo, o docente que ministrava as duas disciplinas desta pesquisa não se encontra mais no País, impossibilitando a participação do mesmo para a pesquisa.

4.4.2 A percepção dos docentes no que tange a Educação Ambiental e práticas Sustentáveis

As percepções dos docentes mostram-se de suma importância para o conhecimento da abrangência da discussão dos temas ambientais em âmbito pedagógico, mediante a isto, a seguir foram apresentadas em três divisões de tópicos a percepção destes em relação ao meio ambiente, educação ambiental e desenvolvimento sustentável.

a) Meio Ambiente

Ao entrevistar os docentes, foi-lhes questionado como em suas disciplinas os mesmos buscam trazer o tema “meio ambiente”. Os entrevistados D1, D4, D5, D10, D11 e D15 abordaram informações similares, em que temas como a legislação ambiental e/ou o correto descarte de resíduos sólidos encontram-se presente na abordagem de suas disciplinas. É importante mencionar que os respectivos entrevistados ministram disciplinas que abordam questões específicas como diretrizes legais, resíduos sólidos, responsabilidades socioambientais, e processos de gestão, projetos e administração. Destes seis entrevistados, cinco mencionaram abordar o tema resíduos sólidos em algum momento da disciplina, mostrando este ser um tema usualmente discutido em sala de aula.

Mesmo os resíduos sólidos não sendo um problema recente, a sua política existe a pouco tempo, sendo instituída no ano de 2010 por meio da lei nº 12.305/10. Em sua página digital, o Ministério do Meio Ambiente (2017) expõe que a lei é recente e possui instrumentos

importantes para que o País enfrente os principais problemas ambientais, sociais e econômicos no que tange ao manejo inadequado dos resíduos sólidos.

Todos os respectivos entrevistados mencionados buscam trazer aos seus alunos a questão legal/ambiental conforme os direcionamentos de suas disciplinas, e foi observado que este tema (Resíduos Sólidos) é utilizado porque normalmente está presente no cotidiano de todos os alunos e pessoas, havendo uma maior facilidade de aplicar instrumentos de ensino das ações humanas a partir deste assunto.

Para os docentes D6, D7 e D8, que ministram disciplinas que envolvem questões de processo histórico, econômico e social da agricultura na humanidade, encontra-se presente a busca de trazer aos alunos a abordagem das consequências que a agricultura traz ao meio ambiente, sendo mencionados em sala de aula temas como: as diferentes formas de produção, os impactos, os interesses econômicos envolvidos no setor da agricultura, e como buscar o uso sustentável dos recursos em práticas agrícolas.

É pertinente comentar que o meio ambiente envolve todos os aspectos vivos que visualizamos e/ou sentimos, e mesmo assim, com a imensidão dos recursos naturais e biológicos presentes na Terra. Barbieri (2011) explica que no início das discussões, o meio ambiente era tratado como um assunto fechado, pois abordava especificamente a proteção de animais e plantas, em que as preocupações de desenvolvimento econômico e social eram apartadas do assunto. Esta abordagem de Barbieri (2011), expõe que o tema “meio ambiente” não se encontra “fechado” conforme opinião destes entrevistados, sendo aplicado de forma em que seus alunos possam compreender as esferas sociais, culturais e econômicas que direcionam ao desenvolvimento sustentável.

Existem diversas formas de abordagem do assunto para promover o compromisso ambiental, e para os docentes D2, D3 e D9 é necessário mostrar aos seus alunos a questão ambiental com o objetivo de propagar o processo de conscientização e preocupação, sendo que a conscientização é uma das principais dificuldades que os alunos enfrentarão para ter o equilíbrio entre o compromisso ambiental e profissional.

De acordo com Munhoz (2004) os professores são a peça fundamental no processo de conscientização e educativo da sociedade sobre os problemas ambientais e sociais, pois eles buscarão conscientizar e desenvolver em seus alunos costumes e atitudes corretas de preservação ambiental e respeito a natureza, instruindo estes a se tornarem cidadãos conscientes e comprometidos com o futuro do planeta.

A conscientização é fundamental em âmbito escolar, porque é neste local que diversas pessoas estão em busca de conhecimentos e aperfeiçoamento, esse fato proporciona aos

professores uma oportunidade notável, que conforme os comentários, está sendo aproveitada de diversas maneiras.

Assim, o entrevistado D9 expôs que busca trazer aos seus alunos a consciência da importância das práticas de meio ambiente utilizando e apresentando indicadores que não abordem somente a questão econômica, mas também a ambiental, direcionando um olhar analítico e crítico no discente em busca de possíveis explicações e soluções para o futuro da sociedade.

O entrevistado D11 afirmou que a corrupção ainda está muito presente e que poucas empresas estão adaptadas a trabalhar como deveriam, e conseguir ter uma ética profissional é o maior desafio. Como mencionado por Morales (2007), a universidade é considerada como um local que direciona as transformações que uma sociedade vivencia, sendo um dos espaços mais sensíveis a mudanças que podem ocorrer na vida das pessoas e ajudar na formação de pensamentos e ideias dos alunos.

Assim, um dos papéis da instituição de ensino é reforçar o quão errado são ações antiéticas (ex. corrupção), permitindo a diminuição da preocupação existente entre o equilíbrio entre o compromisso profissional e ambiental. Como contribuição, o entrevistado D12/D14 disse que mesmo havendo um descaso no tratamento das questões ambientais e valorização profissional, acredita que as questões éticas e o juramento realizado no momento da formatura auxiliarão no desempenho correto dos alunos em suas profissões.

A ética, fazendo parte do cotidiano de uma pessoa, por meio de ações de conscientização, encaminha o profissional para as opções mais corretas e forma pensamentos e atitudes que encaminham ao desenvolvimento sustentável. Conforme explica o Ministério da Educação (2012), o termo “ambiental” no Brasil e América Latina é um campo estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, promovendo a ética e a cidadania ambiental. Assim, mostra-se que a conscientização, preocupação e a ética também devem fazer parte do ensino, pois auxiliam no direcionamento de práticas sociais e ambientais de maneira correta.

Para o entrevistado D12/D14, faz-se necessário trazer o tema meio ambiente em todas as suas disciplinas, pois trabalha somente com disciplinas de temática ambiental, e além disto, expôs que no curso Tecnólogo em Gestão Ambiental todas as disciplinas possuem um foco e ligação entre si para abordar as preocupações relacionadas ao tema ambiental. Esta afirmação, direciona ao exposto por Velasco (2002), dizendo que a lei nº9.795/99 é explicada de forma clara ao afirmar que a educação ambiental deve estar inserida nos currículos das instituições públicas e privadas, no qual as universidades devem revisar seus currículos fazendo com que a

as questões ambientais estejam presentes nas estruturas curriculares dos cursos de forma constante.

Aprofundando sobre as dificuldades que os estudantes enfrentarão entre ter um compromisso profissional e o ambiental, os entrevistados D1, D3, D5, D6, D7, D8, D10/D15 expressaram a preocupação de que seus alunos consigam aplicar o que aprenderam em seus ambientes de trabalho, porque não são somente os interesses destes novos profissionais que definirão as tomadas de decisões, mas sim o conjunto de variáveis e interesses empresariais.

Mesmo havendo estas preocupações, o docente D5 faz a seguinte afirmação:

“ao se tornar um profissional mais estruturado, sendo uma pessoa consciente, uma pessoa firme nas suas convicções você depois pode propor as coisas , com sabedoria, com inteligência, com compromisso, eu acho que num primeiro momento você pode até aceitar um trabalho que teoricamente não tem um viés do qual eu acredito, mas agora é claro, se você aceitar trabalhar vendendo pesticida, ai não tem o que fazer , agrotóxico, vendedor de agrotóxico, por mais lindo que seja seus ideais ali não é o lugar para você” (D5).

Conforme as palavras deste entrevistado, mesmo havendo a conscientização entre os alunos de conseguir aplicar o que aprenderam e alcançarem um equilíbrio entre o compromisso profissional e o ambiental, ao atingir uma determinada estrutura profissional, o aluno terá maior poder de tomada de decisões, mas até se alcançar este ponto, suas convicções, do que realmente acredita, devem continuar sólidas para o alcance dos aspectos denominados profissional x ambiental.

As transformações tecnológicas estão presentes de forma constante na sociedade, e Jacobi (2003) afirma que a sociedade deve desenvolver ações com responsabilidade e compromisso, em que a natureza deve estar de forma entrelaçada com as práticas profissionais, havendo um processo constante de integração entre a educação e participação.

As dificuldades entre o compromisso profissional e ambiental mostram ser uma preocupação entre os entrevistados, pois diversos fatores estarão envolvidos para conseguir alcançar este equilíbrio entre os dois conceitos, com a afirmação de Jacobi (2003), faz-se necessário que as práticas metodológicas de educação ambiental devam fazer parte da cultura das pessoas, porque somente assim os diversos envolvidos na esfera profissional conseguirão alinhar com maior facilidade os objetivos deste compromisso.

Assim, o entrevistado D13 afirma que deve estar presente desde a educação primária a atenção do ensino para as questões ambientais, pois desta forma poderão ser solucionadas as demais questões ao passar do tempo de maneira cultural. Em contribuição, Bilert (2013) diz que é responsabilidade das instituições de ensino em todas as esferas trazer a formação focando na formação humana, ambiental e cultural.

Diante desta afirmação, os entrevistados D11, D12/D14, D3, D5 expõem que em suas práticas pedagógicas na promoção da responsabilidade e compromisso com o meio ambiente buscam envolver seus alunos em atividades práticas, como: visitas de campo/técnica, participação de eventos externos, e realização de atividades externas à instituição de ensino, com o intuito de despertar em seus alunos a responsabilidade e respeito com as diversas formas de vida. Em contrapartida, os entrevistados D10/D15, D1, D2, D4, D6, D8, D9, D7, informaram que abordam a promoção da responsabilidade e compromisso com o meio ambiente apenas teoricamente em de sala de aula.

Essas duas abordagens pedagógicas mencionadas, mostram como há uma diversificação na forma de trazer a responsabilidade com o meio ambiente, e até mesmo alguns entrevistados demonstraram que no momento seria inviável a realização de algumas atividades externas fora de sala de aula, seja por questões orçamentárias, ou mesmo por questões de objetivos específicos das disciplinas, focando em ações pedagógicas somente de caráter teórico.

Com as informações dos entrevistados, é possível perceber que as discussões do tema meio ambiente são abordadas em sala de aula de maneiras distintas, sendo direcionadas para o objetivo da ementa de cada disciplina, e incorporados no conteúdo com o propósito de conseguir repassar a importância do tema de uma maneira em que os objetivos da disciplina não fiquem em segundo plano. Ainda, a preocupação entre o compromisso profissional e ambiental está presente de forma representativa entre os entrevistados, sendo que um dos maiores desafios será o de conseguir aliar os interesses dos egressos com o interesse de seus empregadores, em que somente o tempo, a ética, e a conscientização de ambas as partes conseguirão amenizar as diferenças em busca do equilíbrio. Por fim, os docentes mencionaram que trazem a promoção da responsabilidade das diversas formas de vida por meio de práticas metodológicas nas disciplinas, sendo tanto as práticas, como também teóricas em sala de aula.

b) Educação Ambiental

Ao questionar os entrevistados de como a Educação Ambiental é explorada em suas disciplinas, foi comentando pelos entrevistados D3, D4, D5, D7, D8, D10/D15, D11, D12, D2 que a educação ambiental é de fato explorada e deve ser construída por meio de práticas pedagógicas que estejam além da exposição de conteúdo, mas que deve haver a prática e participação dos alunos por meio de debates/discussões, práticas educacionais na comunidade, e aplicação de trabalhos feitos em sala de aula permitindo o desenvolvimento crítico de seus alunos.

Este comentário, está paralelamente relacionado ao que Zitzke (2002) expôs sobre a educação ambiental, dizendo que a mesma não deve ser apresentada a um discente como um conteúdo de disciplina somente, mas deve ser integrada aos valores e conceitos tratados em cada assunto ensinados. Estes comentários, direcionam ao entendimento de que a educação ambiental está sendo explorada por estes entrevistados, que buscam dentro de suas disciplinas expor o conteúdo e despertar o lado participativo e crítico de seus discentes.

No curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, com a sua abrangência de disciplinas que abordam os temas ambientais, os professores explicaram que quando uma disciplina encontra-se mais difícil de ser trabalhada de maneira prática com alunos, estes apresentam o conteúdo e solicitam que seus alunos, com o consentimento de outro professor que está lecionando outra disciplina no semestre, apliquem o que aprenderam, promovendo a interdisciplinaridade entre as disciplinas do curso. Esta abordagem, pode ser confirmada a seguir pelos docentes D13 e D14.

Assim, os entrevistados D13 e D14 que ministram disciplinas do curso Tecnólogo em Gestão Ambiental, explicaram que o curso possui diversas disciplinas integradas, permitindo que cada professor aplique questões mais técnicas/teóricas como legislação para outras disciplinas do curso que possuem atividades mais práticas. Este é um modelo que se mostra ser o mais ideal entre os analisados neste estudo, porque como todas as disciplinas são diretamente focadas as práticas ambientais e sustentáveis, os professores possuem uma maior flexibilidade na aplicação de seus ensinamentos e conseguem uma ligação entre as disciplinas do curso.

Porém, não são todos os cursos que conseguem trabalhar desta forma em seus componentes curriculares, e como explicou o docente D1, a sua disciplina é a única do curso Técnico em Agronegócio que suscita a temática, em que está presente a limitação da carga horária, dificultando na opinião deste entrevistado, a eficácia em construir um pensamento de reflexão e consciência com os propósitos da educação ambiental.

Conforme a resolução nº2 de 2012, um dos objetivos da educação ambiental é que haja uma abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as atividades escolares, áreas de conhecimento e componentes curriculares (Ministério da Educação,2012). Conforme os comentários do entrevistado D1, verifica-se que não está ocorrendo um dos objetivos da educação ambiental em seu curso e instituição de ensino, objetivo este que apresenta-se fundamental para o alcance da Educação Ambiental.

Em complemento, os docentes D6 e D8 explicaram que suas disciplinas não possuem focos em Educação Ambiental, mas quando abordam temáticas ambientais em sala de aula buscam trazer a importância que a mesma tem aos seus alunos. Conforme o Ministério da

Educação (2012), um dos princípios da educação ambiental é o de promover o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, devendo, portanto, ser aproveitadas todas as formas de ensino pelos docentes mediante aos focos centrais da Educação Ambiental que são “natureza” e/ou “ambiente” (LOUREIRO,2004).

Mediante esta afirmação, é necessário que os conceitos ambientais estejam realmente inseridos de alguma maneira dentro das disciplinas, gerando consciência, lembrança, reflexão, e discernimento do que são as questões ambientais, o ambiente no qual vivemos, as relações entre as diversas formas de vida, os impactos que cada ação terá, e qual a melhor forma de resolver algum determinado problema, direcionando a práticas sustentáveis e, portanto, ao desenvolvimento sustentável.

Para alcançar os objetivos acadêmicos, é necessário que haja estudo e dedicação, e para poder ensinar sobre os diversos assuntos que lhe está designado, faz-se necessário que haja preparação, por isto, foi questionado aos entrevistados sobre o recebimento de alguma formação complementar sobre a educação ambiental, e de todos os treze entrevistados, todos informaram que não receberam das instituições de ensino na qual trabalham alguma formação complementar para poder abordar a temática ambiental.

Porém, todos os respectivos entrevistados mencionaram que buscam conhecimentos sobre o tema de maneira pessoal, ou seja, por meio de cursos online, palestras, participação de projetos entre outros. Além disto, os docentes informaram que durante a graduação, mestrado e/ou doutorado tiveram disciplinas que abordassem as questões ambientais, auxiliando no conhecimento e preparando-os a repassar o conteúdo da melhor forma possível aos seus alunos.

Conforme explicado pelo entrevistado D5, ainda não é uma realidade brasileira receber formação complementar/treinamento na universidade para preparar o professor sobre os temas e conceitos ambientais. Conforme a resolução n° 2, de 15 de junho de 2012 não é obrigatório na esfera técnica e superior receber da instituição de ensino esta formação, sendo somente obrigatória para a “formação inicial e continuada”, porém, caso fosse aplicado as outras esferas educacionais, poderia auxiliar os professores a conseguir uma maior abrangência do tema em suas disciplinas, como também uma conexão mais eficaz entre os professores promovendo a interdisciplinaridade, ou seja, um processo de ligação entre as disciplinas e atividades.

Este assunto não é recente, e desde 1972 quando foi realizada a conferência de Tbilisi, foi explanado de que a educação ambiental no espaço universitário deveria romper com seus modelos tradicionais de educação, sendo que a interdisciplinaridade agiria em busca de resolver problemas sócios-ambientais (UNESCO,1994). Porém, é possível afirmar que 35 anos após esta conferência, ainda está sendo difícil alcançar este objetivo.

Mesmo com todas as dificuldades presentes na educação ambiental, foi possível observar nos docentes a preocupação de ensinar da melhor forma possível o conteúdo que lhes foi designado. Assim, os entrevistados informaram que utilizam diversas formas metodológicas para repassar o conteúdo aos seus alunos de maneira mais eficaz, e as metodologias mais utilizadas em sala de aula pelos docentes foram textos, dinâmicas, debates, filmes, visitas técnicas e seminários. Os entrevistados afirmaram ainda que procuram utilizar mais de uma das metodologias de ensino que foram mencionadas para estimular seus alunos a terem um pensamento crítico e inovador. Ao observar os docentes no momento das entrevistas, percebeu-se que as metodologias mais eficazes são as que contam com a participação dos alunos por meio de debates, dinâmicas, seminários e visitas técnicas.

Com estas metodologias, Guimarães (2004) explica que os alunos conseguem construir um contexto não conservadorista, em que o processo educativo é presenciado pelo exercício da prática e de mobilização sobre os problemas ambientais, permitindo que os alunos desenvolvam trabalhos que possam ser aplicados a sociedade e desenvolvam uma educação ambiental crítica. Diante desta informação, as metodologias que fazem os alunos pensarem e expressarem suas opiniões de maneira ativa tem se mostrado mais eficaz de que as metodologias nas quais os alunos são somente sujeitos passivos em sala de aula e não interagem entre si e tampouco com a comunidade externa.

Como mencionado, uma maneira de formar o pensamento crítico é por meio de trabalhos que possam ser aplicados a sociedade, e na opinião dos entrevistados D1, D2, D3, D5, D8, D9, D10/D15, D11, D12/D14, D13, os trabalhos solicitados em sala de aula têm contribuído para a formação de profissionais com senso crítico e inovador. Porém, esta opinião não foi unanime, e três outros entrevistados mencionaram opiniões distintas.

Para o entrevistado D4, os trabalhos são somente o ponta pé inicial para os alunos amadurecerem suas ideias, e que não tem a ilusão que os alunos vão sair da universidade pessoas maduras em seus pensamentos, pois “isso é muito difícil, precisa de experiência e tempo” afirma o docente.

O docente D6 possui total convicção de trabalhar com senso crítico, mas cada aluno tem a sua opção, conforme as realidades que enfrentarão. E diz que é dever de todo professor trabalhar de forma crítica sempre, mas que o aluno é dono do seu “próprio nariz” para tomar suas decisões.

Por sua vez, o docente D7 diz que é estimulado o senso crítico e inovador, mas ainda é preciso avançar muito e complementa dizendo que os trabalhos “Contribuem para a sociedade,

sendo necessário analisar mais detalhadamente os impactos efetivos dessa contribuição para que se proponham aperfeiçoamentos”.

Os entrevistados mostraram estar conscientes de como a educação deve ser abordada, sendo integrada em todas as disciplinas e não somente de maneira separada. Ainda, o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental mostrou-se mais preparado para conseguir alcançar a interdisciplinaridade, sendo mencionado pelos entrevistados que ocorre esta facilidade. Em contrapartida, um entrevistado do curso Técnico e Agronegócio demonstrou não alcançar a interdisciplinaridade, e demonstrou abordar o tema ambiental de maneira isolada dentro de seu curso.

Apesar de nenhum dos entrevistados informar que recebeu formação complementar por meio das instituições de ensino, todos demonstraram que buscam de maneira individual a qualificação necessária para conseguir repassar o conteúdo de suas disciplinas de maneira eficaz. Para a maioria dos entrevistados, os trabalhos que foram solicitados em sala de aula têm auxiliado em formar profissionais com pensamento crítico e inovador. Mesmo assim, observou-se que entre as maiores dificuldades de trabalhar a educação ambiental está a aplicação de ideias construídas sobre o assunto.

c) Desenvolvimento Sustentável

Para os entrevistados, o papel da instituição de ensino na formação de profissionais éticos com práticas que atendam os aspectos econômicos, sociais e ambientais é fundamental, e houveram diversas opiniões sobre isto. Os docentes D1, D6, D7 e D11 disseram que a instituição de ensino traz mais conhecimento e conseqüentemente mais instrução as pessoas, permitindo que os aspectos que englobam o desenvolvimento sustentável façam parte deste aprendizado e, portanto, formando profissionais éticos. No mesmo sentido, o docente D12/D14 explicou que em um dos cursos que leciona – Tecnólogo em Gestão Ambiental, já há em sua matriz curricular a disciplina de desenvolvimento sustentável, e que está havendo uma reestruturação das ementas dos outros cursos para que esta disciplina seja implementada.

Para os entrevistados D2, D3, D8 e D9, o papel da instituição de ensino na formação profissional é o de despertar a consciência dos seus alunos por meio de toda a trajetória acadêmica, permitindo formar profissionais éticos; e os docentes D8 e D9 ainda contribuíram afirmando que a instituição na qual lecionam é baseada nos princípios da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, sendo até mesmo um diferencial para os egressos no mercado de trabalho. Para o docente D5, é justamente a universidade que vai trazer a bagagem para o

profissional, por meio dos diversos conteúdos que estão presentes nas diversas disciplinas que permitem este conhecimento.

Na opinião do docente D10/D15 o papel da instituição de ensino é justamente mostrar aos alunos que é possível conciliar desenvolvimento econômico, com práticas sustentáveis sem a exploração desacerbada que a sociedade tem presenciado. O autor Ipiranga et al (2001) explicou que as questões do desenvolvimento sustentável devem ser pensadas a partir de um foco educacional, centrando na contribuição que o ensino superior e técnico podem oferecer neste processo educativo. Estas opiniões são importantes, por que mostram que há realmente uma consciência por parte dos docentes de que este tema da sustentabilidade, ou seja, a união dos aspectos sociais, econômicos e ambientais devam estar presentes em qualquer esfera educacional, e o conhecimento é o foco, é o que realmente pode mudar a cultura e pensamento da sociedade.

Mesmo havendo pleno consentimento dos entrevistados sobre o papel que uma instituição de ensino deve ter na formação de seus alunos, é importante também saber se realmente as instituições de ensino seguem um compromisso sustentável, ou seja, se promovem eventos, palestras, atividades, programas, acordos entre órgãos, e etc, buscando melhorar o meio ambiente no qual estamos inseridos.

Quando foi questionado aos entrevistados se eles acreditam que a Instituição de Ensino na qual trabalham segue um compromisso sustentável, a “Instituição D”, representada pelos docentes D1 e D2 afirmaram dizendo que sim, que a instituição segue um compromisso sustentável, e ao ser questionado sobre alguma experiência, o entrevistado D1 disse que mesmo não estando muito tempo lecionando na instituição, acredita que há este compromisso sustentável, pois há eventos em parceria com outras instituições abordando a temática. Para o D2, a instituição de ensino já possui um compromisso sustentável desde a sua origem, pois desenvolve o conhecimento.

A conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável denominada “Rio+20” realizada em 2012 diz que para uma instituição alcançar um compromisso sustentável são necessárias ações como adoção de programas eficazes para diminuição de resíduos, reciclagem e reutilização; redução de impactos através de eficiência da utilização da água, energia, e dos recursos materiais nos edifícios e instalações, entre outros (ONU,2012).

Essa afirmação, em conjunto com a fala destes dois docentes mostra que o compromisso sustentável deve ir além da inserção de uma nova instituição de ensino ou uma atividade que esta realiza, deve ser a união de eventos que se encontram de forma constante e integralizada

no objetivo da instituição e dos cursos que a mesma possui, direcionando práticas em busca da preservação, reutilização, e consciência dos envolvidos.

Na Instituição “B”, os docentes D3,D5,D6,D7,D8,D9,D10 acreditam que a universidade segue um compromisso sustentável, e muitos citaram que esta é a proposta da universidade, alcançar a sustentabilidade. Há a separação de lixos, alguns docentes citaram o reaproveitamento dos alimentos orgânicos do restaurante universitário, tem e/ou tiveram projetos de pesquisa e extensão que suscitam/ suscitaram o tema, há a presença na matriz curricular de disciplinas que abordam o tema ambiental, a missão da universidade menciona a busca pelo desenvolvimento sustentável, entre outros.

Em contrapartida, para o entrevistado D4 na teoria a instituição “B” pode até seguir um compromisso sustentável, porém na prática não acredita que esteja sendo aplicado, mencionando que a construção da universidade gerou danos ambientais pois mudou o ambiente do terreno, e a entrada principal da universidade (estrada) é uma ostentação desnecessária e que não há plantio adequado de árvores no campus.

O modelo de Fouto (2002), menciona que uma instituição deve conter algumas características para conseguir alcançar o desenvolvimento sustentável, entre elas está a interação com a sociedade, a educação para os tomadores de decisão para um futuro sustentável, pesquisas para soluções, paradigmas e valores que estejam aptos a uma sociedade sustentável e o campus universitário como modelo e exemplo da sustentabilidade local.

A Instituição “B”, mostra que está cumprindo com sua parte no compromisso sustentável, sendo mencionado pelos entrevistados que existem diversas ações e/ou atividades que a direcionam para este objetivo, objetivo este presente como foco em sua fundação. Porém, mesmo sendo minoria, as questões levantadas pelo entrevistado D4 devem ser pensadas, para encontrar as soluções devidas ao assunto evitando possíveis atrasos de todas as conquistas já realizadas.

Na Instituição “A”, os entrevistados D11, D13, D12/D14 expuseram que há sim práticas que geram um compromisso sustentável na instituição, e citaram ações que incentivam a coleta de esponjas, coleta de pilhas, parcerias com programas de coleta de embalagens que contém agrotóxicos, incentivo ao plantio e arborização e participação dos alunos em caminhadas da natureza que a faculdade ajuda a promover. O docente D15 não se pronunciou sobre esta instituição, pois no momento não está mais lecionando na mesma.

Neste sentido, Bilert (2013), explica que a instituição de ensino deve assumir um papel na mudança da realidade ambiental, auxiliando com alternativas que superem os problemas ambientais. Este comentário do autor, está em união com as respostas dos entrevistados da

Instituição “A”, pois é possível dizer que há ações que buscam amenizar os problemas ambientais que presenciamos em situações básicas do dia – a – dia, auxiliando na mudança dos problemas que estes resíduos geram para o ser humano e para a terra.

As diversas abordagens sobre as discussões de práticas ambientais direcionam para a sustentabilidade nos cursos que envolvem este estudo, por isto, é importante mencionar que as discussões do tema sustentabilidade nos cursos que envolvem gestão está caracterizado como fundamental para os entrevistados D1, D3, D5, D7 pois são esses profissionais que vão permitir que haja a gestão sustentável ou não, sendo estes profissionais que vão olhar para a sociedade, para o trabalhador e para o meio ambiente, trazendo um equilíbrio entre o lucro e práticas sustentáveis.

Para os docentes D2, D8, D9, D11, D13, D10/D15 é caracterizado como super importante, e conforme foi explicado pelos entrevistados D2 e D8, há o costume brasileiro de pensar mais no curto prazo, sendo que se faz necessário o pensamento a longo prazo nas decisões de uma empresa. Em complemento, o docente D9 explicou que determinadas ações podem direcionar a um retrocesso, citando o exemplo de que os Estados Unidos dará mais ênfase na energia gerada a carvão, além de ter saído de acordos firmadas por governos anteriores referentes ao meio ambiente, sendo, portanto, uma gestão com retrocesso. O entrevistado D12/D14 expôs que as bases curriculares da instituição “A” estão sendo reestruturados para que haja a presença do assunto desenvolvimento sustentável que é muito importante.

Em sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação que é levada o desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional, estejam em harmonia entre si, reforçando o potencial tanto do presente como também do futuro, com o fim de atender as necessidades e objetivos humanos (CMMAD, 1988).

Conforme explicado, é preciso afirmar que deve haver a preocupação de ser discutida a importância da sustentabilidade em todos os cursos de uma instituição, as ações que serão tomadas no futuro estarão com pessoas que podem fazer a total diferença, e não é aceitável esperar “perder” algo para começar a se preocupar, a consciência, preocupação, e práticas devem ser iniciadas em tempo presente por todas as pessoas.

Diante destes fatos, para todos os entrevistados, não é utopia acreditar que consigamos utilizar a educação ambiental como prática pedagógica nas instituições de ensino atrelados a um mundo mais sustentável, mas é um desafio, pois ainda existem diversos passos a serem tomados para alcançar um bom nível da utilização da educação ambiental como prática

pedagógica, entre estes passos pode ser citada a reestruturação curricular, ações ambientais dentro das instituições, e ideias similares entre os educadores e a instituição.

Como contribuição, o docente D6 afirmou que este “deverá ser um tema transversal, porém que deve ser assumido pelo conjunto de profissionais e alunos da universidade. Mas há que sair dos quadrados em cada um está envolvido, isto é, as especializações”. Este entrevistado abordou que é necessário ter uma visão geral dos fenômenos e do mundo, não sendo somente especialista de um determinado assunto, mas sim de um conjunto de assuntos.

A instituição de ensino mostra-se fundamental no processo de formação profissional, e foi caracterizada pelos entrevistados como super importante e fundamental. Além disto, em sua grande maioria, os entrevistados mencionaram que as instituições que lecionam seguem um compromisso sustentável, mas vale ressaltar que sempre serão necessárias mais ações para alcançar este objetivo, principalmente os que envolvem a comunidade.

É de muita importância a discussão do tema sustentabilidade nos cursos que envolvem gestão, pois decisões pautadas apenas no aspecto econômico podem ocasionar danos irreparáveis para a sociedade e para o meio ambiente. Não é utopia para os entrevistados conseguir utilizar a educação ambiental como prática pedagógica, demonstrando que as possibilidades desta abordagem tendem a ser incorporadas nos ambientes escolares e acadêmicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assuntos ambientais têm ocupado cada dia mais espaço nas preocupações da sociedade contemporânea, e mesmo não sendo um assunto recente, é possível presenciar que há pouca disponibilidade de trabalhos acadêmicos abordando a sua inserção no nível técnico e superior de ensino. Diversos autores mencionam que uma das maneiras de conseguir mudar a relação do homem com a natureza é através da educação ambiental, pois é por meio desta metodologia que reflexões e construções de ideias formam o pensamento e a consciência de seus envolvidos. Os professores são fundamentais neste processo de aprendizagem, e precisam em conjunto com as instituições de ensino repassar a importância do tema ambiental para seus alunos dentro dos cursos que lecionam.

Diante da importância do tema de estudo para a formação de profissionais capazes de contribuir para a sociedade buscando compromissos sustentáveis, esta pesquisa teve como propósito responder a seguinte pergunta; “Qual a inserção da dimensão ambiental na formação profissional dos cursos das áreas de ciências sociais aplicadas e afins nas instituições de ensino superior e técnico do município de Laranjeiras do Sul – PR?”.

Para responder o problema de pesquisa foi utilizado um aporte teórico que norteasse a análise dos dados seguindo a investigação na correspondente ordem: identificar os cursos que se enquadram na área de conhecimento Ciências Sociais Aplicadas e afins de acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ e Ministério da Educação – MEC; caracterizar as instituições de ensino superior e técnico do município de Laranjeiras do Sul que ofertem cursos na área de ciências sociais aplicadas e afins; identificar a presença da educação ambiental na estrutura curricular, no ementário das disciplinas; compreender através de um estudo de caso nas instituições de ensino superior e técnico selecionados, a percepção dos docentes nas práticas pedagógicas no que tange à educação ambiental e práticas sustentáveis.

Sobre as instituições de ensino investigadas, foi possível observar que três das quatro que fizeram parte desta pesquisa buscam em sua missão institucional o “desenvolvimento regional”, sendo importante mencionar que para alcançar este propósito faz-se necessário não somente a dimensão econômica, mas também a ambiental, social, cultural e tecnológica. Ainda, é relevante frisar que todas instituições ofertam cursos da área de ciências sociais aplicadas e afins no período noturno, direcionando a um possível perfil acadêmico, em que alunos podem trabalhar em período diurno e estudar em período noturno, conciliando, portanto, trabalho x

estudo. Este perfil direciona ao entendimento que uma considerável parte dos alunos já estarão inseridos no mercado de trabalho antes mesmo do término dos seus estudos, sendo necessário abordar as questões ambientais o mais cedo possível de maneira interdisciplinar dentro de cada instituição.

Entre os cursos pesquisados, foi possível verificar que Ciências Econômicas e Tecnólogo em Gestão Ambiental são os únicos que mencionam em seus objetivos gerais a busca pelo desenvolvimento sustentável e/ou ambiental de maneira explícita nas práticas educativas do curso. Assim, os objetivos dos cursos mostram-se compatíveis com o que é apresentado nas matrizes curriculares, pois a presença de disciplinas que suscitam e/ou podem suscitar a temática ambiental estão mais acentuadas nos cursos de Ciências Econômicas e Tecnólogo em Gestão Ambiental, mostrando que os objetivos dos cursos estão atrelados ao que apresentam as matrizes curriculares. As entrevistas realizadas com os docentes evidenciaram que estes possuem conhecimentos sobre os conceitos ambientais e que diferentes metodologias são utilizadas para formar alunos e futuros profissionais com pensamento crítico, sendo importante destacar que a “Educação Ambiental Crítica” é mencionada neste trabalho como a ideal a ser ensinada e aplicada.

Atendendo o objetivo proposto deste trabalho, diante do exposto e respondendo ao problema desta pesquisa, enfatiza-se que as instituições de ensino precisam aplicar de maneira efetiva a sua missão de “desenvolvimento regional” também para os cursos, pois somente dois dos oito cursos pesquisados estão com suas estruturas curriculares alicerçadas para abordar de maneira ampla as questões ambientais, conseguindo de maneira mais eficaz efetivar a integração entre as disciplinas e práticas metodológicas que direcionem a educação ambiental. Mesmo havendo esta deficiência na estrutura curricular de seis cursos, por meio da percepção dos docentes, verificou-se que todos possuem conhecimentos sobre o meio ambiente, educação ambiental e desenvolvimento sustentável, e que mesmo diante das dificuldades que cada curso enfrenta, é possível trabalhar com os alunos o tema e auxiliá-los dentro de cada limitação atual a busca do equilíbrio entre as questões ambientais e profissionais.

Por considerar que nenhuma investigação se esgota para futuras pesquisas relacionadas a Educação Ambiental, sugere-se que para novos estudos sejam feitos questionários com os acadêmicos que cursam e/ou cursaram disciplinas que contemplam a temática ambiental para que seja compreendida a percepção do tema pela perspectiva e opinião dos discentes. Além disto, sugere-se para próximos estudos a inclusão de mais variáveis, como análise da inserção de projetos de pesquisa e extensão em âmbito acadêmico que envolvam temas como desenvolvimento sustentável, práticas ecológicas, meio ambiente, educação ambiental,

responsabilidade socioambiental, entre outros; estes projetos são fortes auxiliares na difusão de conhecimentos e compartilhamento de ideias tanto em âmbito acadêmico quanto para a comunidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.S.V. **A Inclusão da Educação Ambiental nas Escolas Públicas do Estado de Goiás: O caso dos PRAEC's.** Goiânia,GO, 2011.
- ANDRADE, E.S.M de.; BARATA, M.M.L.; ROVERE,E.L.L. **A Profissão Contábil no Viés da Sustentabilidade.** Rio de Janeiro, 2006.
- BACCI, D. D. L.C. et al., **Educação Ambiental e Universidade: Diagnóstico disciplinar para Construção de uma Política Ambiental.** Rio de Janeiro,2015.
- BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** 3ª Ed. Atual e ampliada. – São Paulo: Saraiva, 2011.
- BARRETO, Luciana Matos dos Santos Figueiredo. **História da Educação Contábil: Retrospectiva Cronológica do Ensino no Brasil.** FANESE, Aracaju-SE,2015.
- BILERT, V. S. S. **A Educação Ambiental na Universidade: Um estudo nos cursos da área das Ciências Sociais Aplicadas nas Instituições de Ensino Superior Públicas (IES) no Paraná.** 2013. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Apresentação.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/institucional>> . Acesso em: 10 out. 2017a.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Conferência Nacional de Educação -VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental tem Rio+20 e sociedade sustentável como temas: Meio Ambiente.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/03/vii-forum-brasileiro-de-educacao-ambiental-tem-rio-20-e-sociedade-sustentavel-como-temas>>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.** 3º Edição. Brasília, DF. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental** – Brasília: 2012. p.39.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Ambiental no Brasil** – Salto Para o Futuro, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Planejando a Próxima Década, Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação.** Brasília, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Resíduos Sólidos - lei nº 12.305/10.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/politica-de-residuos-solidos>. Acesso em: 19 jun. 2017b.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Antecedentes.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/htms/antecedentes.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2017c.

BRASIL. Presidência da República. **Lei N° 6.938, de 31 de agosto de 1981**. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de 1° de outubro de 1828**. Art.66, 1828. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm>. Acesso em: 18 jun. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999**. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 19 jun. 2017.

BREDARIOL, C.S. **Conflito Ambiental e Negociação para uma Política Local de Meio Ambiente**. Rio de Janeiro, RJ, 2001.

BURSZTYN, M (org.) **Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

CARVALHO, N. L. et al.; **Desenvolvimento Sustentável X Desenvolvimento Econômico**. UFSM, Santa Maria – RS, 2015.

CEEP, Centro Estadual de Educação Profissional Professora Naiana Babaresco de Souza. **Projeto Político Pedagógico**. Laranjeiras do Sul, PR. 2016.

CFA, Conselho Federal de Administração. **História da Administração**. Disponível em: <<http://www.cfa.org.br/administracao/historia-da-profissao>> Acesso em: 24 ago. 2017.

CMMAD, Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Dados Abertos**. Disponível em: <<http://cnpq.br/apresentacao1>>. Acesso em: 13 set. 2017.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **O CNPq**. Disponível em: http://cnpq.br/apresentacao_institucional/>. Acesso em: 20 out.2017.

CUNHA, B. P.; AUGUSTIN, S. **Sustentabilidade Ambiental: estudos jurídicos e sociais**. Caxias do Sul, RS :EducS, 2014.

CZAPISKI, S. **Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília, DF, 1998.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DINIZ, C. C. **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Nova Economia, Belo Horizonte, 2009.

FACEOPAR. Faculdades Centro-Oeste do Paraná. **Apresentação – História**. Disponível em: <<http://www.faceopar.edu.br/institucional/apresentacao-historia>>. Acesso em: 01 ago. 2017a.

FACEOPAR. Faculdades Centro-Oeste do Paraná. **Missão, Visão e Valores**. Disponível em: <<http://www.faceopar.edu.br/institucional/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 01 ago. 2017b.

- FACEOPAR. Faculdades Centro-Oeste do Paraná. **PPC – Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental**. Laranjeiras do Sul, 2015.
- FACEOPAR. Faculdades Centro-Oeste do Paraná. **PPC – Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Laranjeiras do Sul, 2017.
- FACEOPAR. Faculdades Centro-Oeste do Paraná. **PPC – Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis**. Laranjeiras do Sul, 2013a.
- FACEOPAR. Faculdades Centro-Oeste do Paraná. **PPC – Projeto Pedagógico do Curso de Administração**. Laranjeiras do Sul, 2013b.
- FARIAS, C. R. O. **A produção da política curricular nacional para a Educação Superior diante do acontecimento ambiental: problematizações e desafios**. 2008. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- FERREIRA, Gabriela et al. **Serviço Social e Meio Ambiente: A Atuação do Assistente Social na SANASA**. UNIP: Campinas, 2016.
- FIGUEIREDO, J.B.A. **As Contribuições de Paulo Freire Para uma Educação Ambiental Dialógica**. 29º Reunião da ANPEd. Caxambu, MG, 2006.
- FOUTO, A. R. F. **O papel das universidades rumo ao desenvolvimento sustentável: das relações internacionais às práticas locais**. Dissertação. (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais Relações Internacionais do Ambiente), 2002.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.
- GERHARDT, Tatiana Engel. Silveira, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Editora UFRGS, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2002.
- GIL. A.C. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2001.
- GONÇALVES, Carlos Eduardo. **A Educação Ambiental no Ensino Técnico: Trabalho e Interdisciplinaridade**. UNESP, Bauru, 2013.
- GONSALVES, E.P. **Iniciação a Pesquisa Científica**. 4. ed. – revisada e atualizada. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
- GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental Crítica** In LAYRARGUES, P. P.. Identidades da educação ambiental brasileira. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 25 – 33.
- IFBA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Projeto Político-Pedagógico, 2016-2020**. Santa Inês, BA. 2015.
- IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Projeto Político-Pedagógico, 2015-2019**. Bragança Paulista, SP. 2016.

- IPIRANGA, A.S.R. et al.; **RAM - Revista de Administração Mackenzie**. Vol.12 no. 3, São Paulo, 2011.
- JACOBI, P. **Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa. Nº 118, p.189-205, 2003.
- JUNGLHAUS, J. M. **Sustentabilidade: desenvolvimento econômico sustentável e educação ambiental**. Itajaí, SC, 2003.
- LARA, P. T. R. **Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior**. Monografias Ambientais, REMOA/UFMS, 2012.
- LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental Transformadora**. In: Layrargues, P. P. (Coord.) **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
- MARCONI. M.A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MORALES, A. G. M. **O Processo de Formação em Educação Ambiental no Ensino Superior**. Trajetória dos Cursos de Especialização. FURG. 2007.
- MOURA, J. D. P. HIRATA, C. A. **A Educação Ambiental em Destaque**. REVISTA ELETRÔNICA PRO-DOCÊNCIA/UEL. Edição Nº. 5, Vol. 1, jul-dez. 2013.
- MUNHOZ, Tânia. **Desenvolvimento sustentável e educação ambiental**. São Paulo: Contexto, 2004.
- NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, D. C.; MELLO, M. C. A. **Gestão Socioambiental Estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- OLIVEIRA, C. M. **Desenvolvimento Sustentável: uma discussão ambiental e social**. UFMA, São Luís – MA, 2007.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **Rio+20 – Compromisso com práticas sustentáveis das Instituições de Ensino Superior por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2012.
- ONUBR. Organização das Nações Unidas no Brasil. **ONU MEIO AMBIENTE: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente**. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/onumeioambiente/>>. Acesso em: 18 jun. 2017.
- PELICIONI, A. F. **Movimento Ambientalista e Educação Ambiental**. In PHILIPPI JR, e PELICIONI, M. C. F. (Ed.) **A Educação Ambiental e Sustentabilidade**. São Paulo: Manole. 2005. p. 354 - 379.
- PEREIRA, Leda Belitardo de Oliveira. OCTÁVIO, Raquel Gonçalves. **Possibilidade de uma Educação Ambiental no Ensino Técnico por um caminho inverso à operacionalização da ciência e ao desenvolvimento sustentável**. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. E-ISSN 1517-1256, v. 33, n.2, p. 227-246, maio/ago., 2016.

PHILIPPI JR., A.; MAGLIO, I. C. **Política e Gestão Ambiental: conceitos e instrumentos.** In: PHILIPPI JR, e PELICIONI, M. C. F. (Ed.) **A Educação Ambiental e Sustentabilidade.** São Paulo: Manole. 2005. p. 217 – 256

RAMOS, E.C. **Educação Ambiental: Evolução Histórica, Implicações Teóricas e Sociais. Uma Avaliação Crítica.** Dissertação de Mestrado. UFPR, Curitiba, 1996.

RAYNAUT, C. **Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir de uma perspectiva interdisciplinar.** Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba: Editora UFPR, n. 1, p.21-32, jul./dez. 2004.

REALP, Rede de Estudos Ambientais de Países de Língua Portuguesa. **Quem somos.** Disponível em: <<http://www.reaplp.uevora.pt/Sobre-a-Rede/Quem-Somos>>. Acessado em: 25 jun. 2017.

RUBIN OLIVEIRA, M. **Produção de conhecimento científico: pós-graduação interdisciplinar (stricto sensu) na relação sociedade-natureza.** Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, 2011. Porto Alegre, RS

RUPEA - Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. **Mapeamento da Educação Ambiental em instituições brasileiras de Educação Superior:** elementos para discussão sobre políticas públicas. Relatório Técnico. 2005.

RUSCHEINSKY, A. **Sustentabilidade: Uma Paixão em Movimento.** Porto Alegre, 2004.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Rosali Fernandez de. **Organização e Representação de Áreas do Conhecimento em Ciência e Tecnologia:** princípios de agregação em grandes áreas segundo diferentes contextos de produção e uso da informação. Florianópolis, SC. 2006.

UERJ, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. **Rede UERJ de Meio Ambiente:** Sobre o site. Disponível em: <http://www.meioambienteuerj.com/sobre_o_site.asp>. Acesso em: 25 jun. 2017.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Cursos de Graduação.** Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/cursos/cursos>>. Acessado em: 11 set. 2017a.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. **História.** Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/historia>. Acessado em: 15 ago. 2017b.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Missão.** Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/missao>. Acessado em: 11 set. 2017c.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas – Bacharelado,** Laranjeiras do Sul, 2012.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas – Bacharelado**, Laranjeiras do Sul, 2015.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Sobre a UFFS**. Disponível em: <http://antiga.uffs.edu.br/wp/?page_id=2> . Acesso em 10 set 2017d.

UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Faculdade de Ciências Econômicas: Pesquisa**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/fce/pesquisa/>>. Acesso em 26 jun. 2017.

UFRRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. **Estatuto Ministério da Educação: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2010.

UNB, Universidade de Brasília. **Centro de Desenvolvimento Sustentável: Temas de Pesquisa**. Disponível em: <<http://www.cds.unb.br/cds/portal2/index.php/pt/pos-graduacao/bolsas/86-pos-graduacao/processo-selecao/269-temas-de-pesquisa>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Programa Internacional de Educación Ambiental**. Estrategias para la formación del profesorado em educación ambiental. Vasco: CENEAN, libros de la Catarara, n. 25, 1994.

UNICENTRO. Universidade Estadual do Centro-Oeste. **Altera dispositivos do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Secretariado Executivo da UNICENTRO, Campus Santa Cruz, aprovado pela Resolução nº 039-COU/ UNICENTRO, de 13 de dezembro de 2004, e dá outras providências**. Campus Santa Cruz, Guarapuava, PR. 2009. artº5, p.1.

UNICENTRO. Universidade Estadual do Centro-Oeste. **Campi avançados**. Disponível em: <<https://www3.unicentro.br/campi-avancados/>>. Acesso em: 12 ago. 2017d.

UNICENTRO. Universidade Estadual do Centro-Oeste. **Graduação**. Disponível em: <<http://sites.unicentro.br/santacruz/graduacao/>>. Acesso em: 12 ago. 2017b.

UNICENTRO. Universidade Estadual do Centro-Oeste. **História da UNICENTRO**. Disponível em: > <https://www3.unicentro.br/sobre/historia/>>. Acesso em: 13 set. 2017a.

UNICENTRO. Universidade Estadual do Centro-Oeste. **Ementário das Disciplinas do Curso de Secretariado Executivo**. Guarapuava, PR. 2009.

UNICENTRO. Universidade Estadual do Centro-Oeste. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI de 2013-2017**. Guarapuava, PR p. 11. 2013.

UNICENTRO. Universidade Estadual do Centro-Oeste. **Secretariado Executivo**. Disponível em: <<https://www3.unicentro.br/cursos/secretariado-executivo/>>. Acesso em: 12 set. 2017c.

UNICENTRO. Universidade Estadual do Centro-Oeste. **Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Currículo Pleno**. Guarapuava, PR. 2009.

USP, Universidade de São Paulo. **AUSPIN: Agência USP de Inovação**. Polo Capital. Disponível em: <<http://inovacao.usp.br/sobre-a-agencia/polos-usp-inovacao/polo-capital/>>. Acesso em 25 jun. 2017.

VELASCO, Sirio Lopez. **Perfil da Lei de Política Nacional de Educação Ambiental**. FURG, Rio Grande do Sul, 2002.

VIANA, G. et al. **O Desafio da Sustentabilidade**– Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo, 2001.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia da Pesquisa**. Florianópolis, UFSC, 2006.

ZITZKE, V. A. **Educação Ambiental e Ecodesenvolvimento**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. v. 9, 2002. Disponível em: <<http://www.fisica.furg.br/mea/remea/vol9/a13art16.pdf>>. Acesso em: 10 abril. 2017.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com docentes

Curso que ministra aulas:

Titulação do Docente:

Tempo de docência geral:

Disciplinas que ministra aulas com temática ambiental:

Data:

Duração da entrevista: início: _____ fim: _____

- 1) Na Constituição Federal em seu Capítulo VI sobre o meio ambiente, artigo n. 225, diz que que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

 - a) Como em sua disciplina é discutida a temática meio ambiente?
 - b) Quais os maiores desafios que os estudantes enfrentarão para ter um equilíbrio entre o compromisso profissional e o compromisso ambiental?
 - c) Na (as) disciplinas (as) que você leciona, como você busca trazer aos alunos a promoção do cuidado e responsabilidade com as diversas formas de vida, do respeito às pessoas, culturas e comunidades?

- 2) Segundo a lei 9.795 de 27 de abril de 1999 a Educação Ambiental é entendida como os processos em que um indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades e competências direcionadas para a preservação do meio ambiente, contendo uma sadia qualidade de vida e sustentabilidade.

 - a) Em sua disciplina, a educação ambiental é explorada? De que forma?
 - b) Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta para trabalhar a EA? Como você lida com essas dificuldades?

- c) Você já recebeu alguma formação complementar sobre a EA? Caso sim, você poderia explicar a experiência?
 - d) Quais metodologias - exemplos, vídeos, visitas técnicas, livros e etc, você utiliza em sala de aula para estimular a temática ambiental e por quê?
 - e) Você acredita que os trabalhos solicitados em sala de aula têm auxiliado a formar alunos com pensamento crítico e inovador, em que estes trabalhos podem contribuir para a sociedade?
- 3) “O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação que é levada o desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional, estejam em harmonia entre si, reforçando o potencial tanto do presente como também do futuro, com o fim de atender as necessidades e objetivos humanos” (CMMAD, 1988). Em Complemento, Carvalho et al., (2015) comenta que é somente por meio da integração entre os aspectos ambientais, sociais e econômicos que haverá o desenvolvimento sustentável.
- a) Qual é o papel da Instituição de Ensino na formação de profissionais éticos com práticas que atendam o aspecto econômico, social e ambiental?
 - b) Você acredita que a Instituição de Ensino na qual você trabalha segue um compromisso sustentável? Caso sim, cite experiências.
 - c) Qual a importância da discussão do tema sustentabilidade nos cursos que envolvem gestão?
- 4) Como professor, ainda é utopia acreditar que consigamos utilizar a educação ambiental como prática pedagógica nas instituições de ensino atrelados a um mundo mais sustentável?
- 5) Além do que foi mencionado, você teria mais alguma consideração sobre a temática sustentabilidade?